

O CÊRCO DE ALMEIDA E AS LINHAS DE TÔRRES VEDRAS.

Subsídios para o estudo do insucesso de Napoleão em Portugal (II).

(Conclusão).

II PARTE

CAPÍTULO II

1). — TERCEIRA INVASÃO FRANCESA.

Quando Massena chegou à Península Ibérica, depois de nomeado por Napoleão chefe do “Exército de Portugal”, as fôrças de invasão estavam organizadas e prontas a entrar em ação. Encontravam-se a êsse tempo empenhadas em operações preparatórias, nas quais se incluíam a conquista das praças fortes espanholas, junto da fronteira portugueza, últimos redutos a tomar para desimpedir o caminho desde os Pireneus. Astorga, na província leonesa e Cidade Rodrigo, eram os objetivos militares mais importantes.

Massena chegou em maio de 1810 a Espanha. Já em fevereiro do mesmo ano aquelas duas cidades tinham sido objeto de ação a cargo de Junot e de Ney. A 13 dêste mês Ney, com o 6.º exército, dirigiu-se a Cidade Rodrigo e intimou o Governador Herrasti a render-se. Êste recusou a rendição e o general francês, que não tinha artilharia, retirou-se para Salamanca furcando as tropas à invernã rigorosa dêsse ano. No mesmo mês Junot foi a Astorga, mas, como Ney, também esperava artilharia, razão por que retardou a operação de conquista da praça, que ocupou dois meses depois, a 22 de abril, indo de seguida tomar posição junto à fronteira portugueza.

Este movimento destinava-se a proteger a ação que Ney desenvolveu contra Cidade Rodrigo quando voltou em maio de Salamanca para, de novo, assediar a fortaleza. Trazia a artilharia que lhe faltara em fevereiro, mas sabia-se que Wellington estava na fronteira portugueza com algumas fôrças. Para evitar o socôrro dêste é que Junot foi tomar posição junto à raia luso-espanhola. Herrasti, novamente intimado a render-se, recusou pela segunda vez entregar a fortaleza. Perante a atitude do governador de Cidade Rodrigo, Ney começou a prepara o ataque. Nos fins de junho, a 25, iniciou o bombardeamento de praça que durou 4 dias. Herrasti rendeu-se quando viu a cidade desmantelada e não tinha mais esperança de socôrro por parte do duque de Wellington. A 29 entraram os franceses na cidade, duramente castigada pelo bombardeio. Estava o caminho desimpedido desde os Pireneus até Portugal.

Massena chegara antes da queda de Cidade Rodrigo e assistiu ainda às operações levadas a cabo por Ney. Estava então em condições de iniciar a conquista de Portugal. Reparemos, entretanto, que se gastaram 5 meses para reduzir Astorga e Cidade Rodrigo, o que retardou, sobremaneira, a invasão do território português, que fôra projetada para a primavera de 1810. Chegara porém julho e só neste mês o caminho ficou livre com o primeiro objetivo à escassa distância de sete léguas. Massena dispunha de fôrças numerosas e vinha aureolado com o prestígio de campanhas anteriores. Os três exércitos de que dispunha totalizavam mais de 60.000 homens e tinha ainda duas divisões comandadas por Bonnet e Serras, havendo mais uma divisão de cavalaria com Kellermann, o que somava 80.000 homens. Todos os efetivos de Massena estavam entre Douro e Tejo prontos a entrar em ação, faltando, apenas, que se estabelecesse um plano metódico que levasse a bom têrmo a conquista de Portugal. “Convinha proceder sem pressa”, recomendava insistentemente o Imperador, e “com método” para evitar imprevistos que poderiam levar às situações de Junot e Soult nas duas primeiras expedições.

Na segunda quinzena de julho Ney recebeu ordem de marchar sôbre Almeida com o 6.º exército, enquanto o 8.º, com Junot, se reservava a uma missão de vigilância, prevenindo qualquer intervenção de Wellington na operação desenvolvida por Ney. Reynier, que com o 2.º exército se encontrava nas margens do Guadiana, recebera ordens para se deslocar mais para Norte, estabelecendo-se no vale do Tejo, a ameaçar o centro de Portugal, nas proximidades de Coria. En-

trava em funcionamento a máquina bélica que poderia transformar Portugal numa parcela do Império.

*

Quando Wellington acantonou suas fôrças em Elvas, Campo Maior, Badajoz e Mérida, sabia que se preparava nova invasão de Portugal. Não sabia, porém, qual o lugar da fronteira por onde essa invasão se faria, ainda que

“por diversos motivos, Wellington teve como mais provável que a invasão se faria por algum dos caminhos do Beira, mas não descurou a hipótese de ela ser feita pelo Alentejo” (16).

As suas fôrças constavam de seis divisões formadas por brigadas, sendo estas compostas de número variável de batalhões. Dispunha, mais, de três de brigadas independentes e de uma divisão de cavalaria, além dos efetivos de artilharia, engenharia e administração militar. Orçavam estas fôrças por 50.000 homens, que constituíam o exército em campanha formado por ingleses e portugueses.

Havia, ainda, as fôrças consideradas extraordinárias, que não se destinavam a operações de combate e guarneciam as praças fortes. Tal era a guarnição de Elvas, constituída por dois regimentos; a guarnição de Abrantes constituída pelo regimento n.º 22; a guarnição de Almeida, regimento n.º 24; e ainda um regimento que embarcara para Cádiz, n.º 20, a reforçar a guarnição de resistência da cidade espanhola, sob o comando do Major General Stuart (17).

Wellington dispôs as suas fôrças de forma a evitar uma surpresa da parte de Massena. Escalonou as suas divisões em obediência a um sistema defensivo que lhe podia dar a saber os movimentos das fôrças inimigas. Assim, a 2a. divisão, comandada pelo general Hill, estabeleceu o seu quartel em Abrantes com a missão de vigiar Reynier, que ameaçava o centro do país, enquanto em Castelo Branco ficou uma divisão mista comandada por Lecor. Sob o comando de Leith estava a 5a. divisão, nas proximidades de Tomar, com o encargo de acudir ao Sul ou ao Norte segundo as necessidades de defesa.

Na Guarda estabeleceu a 4a. divisão comandada por Cole e em Pinhel a 3a. comandada por Picton, enquanto à retaguar-

(16). — Lopes de Almeida, *História de Portugal*, ed. de Barcelos. Vol. VI, pág. 344.

(17). — Vide apêndice — doc. n.º 1.

da ficava a 1a. divisão, aquartelada em Viseu, sob o comando de Spencer. Na margem direita do Rio Coa, já na fronteira, ficou uma divisão ligeira comandada pelo general Craufurd, cujas avançadas se postavam em território espanhol na direção de Cidade Rodrigo.

Havia mais uma brigada independente próxima das forças de Craufurd, sob o comando de Denis Pack.

Se analisarmos o dispositivo de defesa de Wellington, vemos a atenção dispensada à fronteira da Beira, para o que contribuiu, sem dúvida, a demora das forças napoleônicas em Cidade Rodrigo. Não deixava porém de admitir que forças francesas operassem na fronteira alentejana; por isso Hill se movimentava simultaneamente com as forças de Reynier, que operavam em território espanhol.

A tática de Wellington era a defensiva e recomendava com insistência, que não se empregassem as suas forças em operações de envergadura. Daí a razão por que Cidade Rodrigo caiu sem que as forças anglo-lusas, a pouca distância da fortaleza, esboçassem qualquer movimento de socorro, não obstante os apelos feitos a Wellington para que ajudasse os sitiados espanhóis.

Quando os franceses caminharam de Cidade Rodrigo para a fronteira, sob o comando de Ney, tendo como objetivo a praça portuguesa de Almeida, encontraram, ainda em território espanhol, as avançadas da divisão ligeira de Craufurd, que, como dissemos, se estabelecera na margem direita do Coa com postos de vigilância em terrenos de Espanha. A 3a. divisão do exército de Ney, comandado por Loison, encontrou os anglo-portuguêses no Forte da Conceição, fortaleza espanhola sobre a linha da raia.

Situada a duas léguas de Almeida, servia de ponto de observação ao exército de Wellington. Quando os franceses se aproximaram, as forças de Craufurd dinamitaram a fortaleza que fizeram explodir enquanto se retiravam para se juntar ao grosso da divisão.

Desde a fronteira ao Rio Coa, no caminho para Almeida, o 3.º batalhão da divisão de Loison fez alguns prisioneiros aos anglo-portuguêses, porque Craufurd não prevenira a retirada com antecedência suficiente e as suas forças eram perseguidas de perto pelos franceses. Por esta circunstância teve que entrar numa ação decidida, pois que não tomara em grande conta o parecer e as ordens de Wellington, para evitar qualquer contacto com as forças francesas. Para se furtar a esse contac-

to bastaria estabelecer-se, a tempo, na margem esquerda do Coa.

Mas as fôrças de Loison progrediram em ritmo acelerado e surpreenderam parte da brigada de Craufurd na margem direita, porque a retirada do Forte da Conceição foi, de certa maneira, tardia.

A ligar as duas margens do Rio Coa havia uma ponte, a pouca distância de Almeida, que as fôrças retirantes tinham de passar para ficar a salvo da ação dos franceses. Devido, porém, à proximidade destes, Craufurd teve que oferecer combate para que as suas fôrças passassem à margem esquerda do rio. Ordenou que a artilharia e os caçadores tomassem posição para lá da ponte de forma que os seus fogos pudessem batê-la quando as fôrças do seu comando a tivessem ultrapassado. A operação foi levada a cabo com êxito, à vista de Almeida, mas a artilharia da praça não pôde entrar em ação, ajudando Craufurd, porque alvejaria conjuntamente franceses e anglo-portuguêses.

Quando os batalhões que cobriam a retirada alcançaram a margem esquerda do rio, já a artilharia e os caçadores podiam, das posições tomadas, deter os franceses com os seus fogos e evitar que estes passassem a ponte continuando a perseguição.

Os fogos conjugados incidiram sôbre a passagem e impediram a primeira tentativa.

Ney, porém, não pensava em desistir de aossar as fôrças de Craufurd e insistiu em ultrapassar a ponte num lance decisivo que lhe fêz perder um batalhão inteiro.

“Não sei porque desvario se quis transpor de seguida; não era então de qualquer utilidade para nós. E era imprudente atacar nesse momento a nova posição do inimigo, quando é certo que não se podiam empregar outros batalhões que os que tinham combatido tôda a jornada”... “perdemos muitos bravos... cuja coragem tinha sido utilizada... noutra ocasião” (18).

Um batalhão escolhido tentou a passagem da ponte por ordem de Ney, que insistia no lance sem olhar as conseqüências. Não foi mais feliz que os precedentes.

(18). — Guingret, *Relation Historique et Militaire de la Campagne de Portugal sous le Maréchal Massena, Prince d'Essling*. Limonges, 1817, pág. 16. Refere nota da mesma página do livro de Gringet, tratar-se de atiradores reunidos por Ney, no cerco de Cidade Rodrigo e que se haviam distinguido pela sua intrepidez.

“Ney desesperado fêz avançar um batalhão escolhido a passo de carga. De 300 que eram, 273, entre mortos e feridos, já haviam caído ao chegar ao meio da ponte” (19).

O combate da Ponte do Coa, travado à vista de Almeida, a 24 de julho, findou-se ao cair da noite, que Craufurd aproveitou para retirar-se. Nesse primeiro contacto entre franceses e anglo-portuguêses, observado em território luso, tomaram parte dois batalhões portuguezes. Comandava o 1.º batalhão o Tenente Coronel Avillez; e o 3.º o Tenente Coronel Elder. Ambos se comportaram de forma a merecer os louvores de Beresford que aproveitou a ocasião para distinguir com a promoção o comportamento dum alferes do 3.º batalhão. Dos louvores nos dá conta a ordem do dia 4 de agosto de 1810. Referindo-se ao 3.º batalhão diz essa ordem do dia:

“Ao Tenente Coronel Elder, Comandante do Batalhão, aos oficiais e aos soldados do mesmo, dá o Senhor Marechal os seus agradecimentos e plena aprovação” (20).

Também ao 1.º batalhão se refere nestes têrmos:

“O Senhor Marechal tem justo fundamento para exprimir a sua satisfação pela maneira como êle se houve e sobretudo o seu Comandante, o Tenente Coronel Jorge d’Avillez Zuzarte e o Major J. H. Algeo; e repete S. Exa. que está satisfeito com a conduta dêste Corpo” (20).

Estas referências as faz Beresford aos batalhões portuguezes, depois que

“correrão vozes muito fortes contra a conduta do Batalhão n.º 1, a respeito do qual o Senhor Marechal mandou proceder à mais séria investigação” (20).

Mas pela investigação concluiu

“que estas vozes eram injustas” (20).

Assim se escreveu na ordem do dia que se refere

“à parte que tiveram as Tropas Portuguezas no combate de 24 de julho na Ponte de Almeida” (20).

(19). — Teixeira Botelho, *História Popular da Guerra Peninsular*, pág. 380.

(20). — *Colecção das Ordens do dia*, por António Nunes dos Santos. 1810. Ordem do dia de 4 de agosto, pág. 139.

Este combate foi o primeiro contacto entre as fôrças de Wellington e Massena em território português, na 3a. invasão do país e a êle se seguiu o cêrco de Almeida, “a pronta investida sôbre Almeida” (21). Frente à praça se immobilizaram os invasores cêrca de 7 semanas antes da sua marcha para o interior, levada a efeito em meados de setembro. O tempo de conquistar três vêzes Portugal, já que, pelos cálculos de Massena, 17 dias bastariam a esta emprêsa. Errou nos seus cálculos o Príncipe d’Essling. Errou e custou-lhe caro o engano; por êle não foi mais o “dileto filho da vitória”.

2). — O CÊRCO DE ALMEIDA.

“A Pronta investida sôbre Almeida” deu-se a seguir ao Combate da Ponte do Coa, no dia 24 de julho de 1810 e o assédio da praça immobilizou na fronteira as fôrças de Massena até 16 de setembro. Estamos crentes que nessa demora de 50 dias se filiou o insucesso dos franceses na “Terceira Invasão de Portugal”, para o que contribuiu Almeida, a primeira fortaleza encontrada em território português.

*

Almeida era ao tempo a segunda praça forte do País. Cingida por sólidas e altas muralhas tinha sido construída segundo os ditames da engenharia coeva. A última reparação começara no reinado de D. José, pouco depois dos estragos sofridos no cêrco de 1762, durante a Guerra dos Sete Anos quando era seu Governador Alexandre Palhares, que se rendeu sem opor a resistência que se esperava. Em 1763 voltou à posse de Portugal e neste mesmo ano começaram as obras de restauro, segundo uma relação manuscrita, donde consta material fornecido para “concertos dos Armazéns de Almeida” (22).

No reinado seguinte, já em 1788, se procedia ainda a concertos de estragos ocasionados, talvez, pelos bombardeamentos de 1762 e pela ação do tempo, apesar da “solidês do terreno”. Tratava-se, então, de reparar a “ruína do Baluarte de São Pedro da Praça de Almeida” e fazia-se o orçamento das obras, segundo carta datada de 22 de novembro de 1788, dirigida ao

(21). — Guingret, *ob. cit.*

(22). — Relação, Manuscrita de Madeiras fornecidas para as Obras da Praça de Almeida, datada de 15 de novembro de 1763 (A.H.M. de Lisboa, 3a. divisão, 1a. secção; Caixa 6-B, pasta n.º 20).

Visconde de Vila Nova de Cerveira (23). Mas em 1806 não se havia ainda decidido se as munições e a pólvora se armazenariam em sítio próprio para isso construído e que se encontrava

“pronto à muito tempo para receber o sobredito genero sem mais dependencia que a de se retilhar para que se achão nelle hum ou dous milheiros de telha” (24).

Disto nos dá conta um documento de 1806, assinado por Florêncio José Correia de Melo dirigido a Antônio de Araújo Azevedo e datado de 1 de fevereiro. Havia-se construído

“hum armazem capás de recolher nelle a grande quantidade de Pólvora necessária para a deffeza da mesma Praça”.

Não parece que este armazém tivesse sido utilizado porque, em 1810, a pólvora que fazia parte do municamento da praça se encontrava no recinto do castelo, à qual se deveu uma explosão de conseqüências desastrosas.

A praça de Almeida merecera sempre cuidados especiais e os seus preparos de defesa tinham antecedentes históricos. Já remotamente o lugar fôra considerado de importância, constando que pela sua posse lutaram romanos, alanos, visígodos, muçulmanos e cristãos. Na opinião dos arqueólogos a situação primitiva não correspondia à atual e ficaria a um quilômetro da povoação de hoje, no local conhecido por Enchido-da-Sarça, ou talvez a Poente, no sítio designado por Pedregais, segundo escreve João de Almeida em **Monumentos Militares Portugêses**. Há alguns achados que reforçam a hipótese.

Foi com D. Dinis que se tornou portuguêsa e foi este rei que a situou no lugar em que hoje se encontra, construindo o primeiro castelo que a praça teve e que foi protegido com uma cêrca de perímetro inferior ao de hoje e de aspecto menos solene. Com D. Fernando houve a restauração do castelo e a construção de nova cêrca, de traçado um pouco diferente do primitivo, capaz de corresponder às exigências militares do tempo do Rei Formoso.

No século XVI foi ampliada, segundo traçado dum dos mais famosos peritos em fortificações, quando do reinado de D. Manuel I. Duarte Darmas riscou a nova fortificação em moldes de melhor segurança e mais eficiência.

(23). — Vide apêndice; doc. n.º 2.

(24). — Vide apêndice; doc. n.º 3.

No tempo da Restauração reparou-a D. João IV à pressa, que a reação do Filipe era esperada a todo o momento, mas foi só no século seguinte, segundo nos consta em 1736, que começou a construção da fortaleza que hoje se admira e que se prolongou por várias décadas. Foi assediada e bombardeada em 1762, capitulando em 26 de agosto, depois de fraca resistência do governador Alexandre Palhares. Ao tempo que os franceses assediaram Almeida, em 24 de julho de 1810, a fortaleza tinha a forma que hoje conserva e a segurança que à sua vista se adivinha. Vista do alto apresenta-se como uma estrêla de doze pontas, com um fosso à volta e ocupando a área aproximada de 650.000 metros quadrados. Adentro do fosso, que é de largura variável, ficam as muralhas, constituídas por paredões espessos que se erguem em lances sucessivos e são construídos de granito aparelhado; são levemente inclinados a fazer com o solo um ângulo obtuso.

A cêrca é um hexágono que tem em cada vértice um baluarte que se prolonga em ângulo agudo para o exterior. Em número de seis, êsses baluartes são conhecidos, a partir do Sul e em sentido retrógrado: Baluarte de São Pedro; Baluarte de São Francisco; Baluarte de São João de Deus; Baluarte de Santa Bárbara; Baluarte do Trem; e Baluarte da Bandeira. Entre cada dois baluartes situam-se as cortinas, que são os lados do hexágono que a fortaleza é.

Nas cortinas se situam as portas que são duas: Portas da Cruz viradas a Sueste; Portas de Santo Antônio na direção de Oeste, havendo ainda as portas falsas. A proteger as cortinas há, na frente de cada uma das seis, um revelim que à semelhança dos baluartes remete em ângulo agudo para o exterior.

À frente da cortina onde se encontram as Portas da Cruz fica o revelim do mesmo nome e a seguir também em sentido retrógrado: Revelim dos Amores; Revelim Doble ou Hospital de Sangue; Revelim do Paiol; Revelim de Santo Antônio, por uma das faces do qual dão saída as portas do mesmo nome, e Revelim da Brecha.

Apenas os revelins de Santo Antônio e da Cruz são atravessados pelas portas de nome igual sendo ambas abobadadas, à prova de bombas, construídas em túnel e livres de enfiamentos. Também à prova de bombas são as casas-matas situadas no baluarte de São João de Deus, conhecido ainda por Baluarte do Chafariz.

No ponto mais alto da fortificação elevava-se o castelo, de recinto quadrado e tórres redondas em cada um dos quatro ân-

gulos. Era construído da mesma pedra das muralhas e tinha à sua volta um fôssco que se passava por uma ponte de madeira. À entrada do castelo, dum e doutro lado, havia dois armazéns de pólvora de pequenas dimensões e um armazém grande;

“um outro grande e terrível armazem de pólvora sem luz nem ventilação alguã” (25).

Havia ainda cinco casas no recinto do castelo e êste poderia considerar-se uma fortaleza dentro de outra fortaleza, não obstante os armazéns serem

“de huma tão má construção que nem pello menos estão a prova das granadas de 6 polegadas” (26).

O dispositivo de defesa do povoado, em 1810, não fôra des-cuidado.

A guarnição da praça era constituída por cêrca de 4.000 homens distribuídos pelas armas de infantaria, artilharia e cavalaria.

As fôrças de defesa eram consideradas extraordinárias nos quadros do exército, como já aclaramos anteriormente. Havia o regimento de infantaria n.º 24 de que tinha assumido o comando o inglês Guilherme Cox, por indicação de Beresford, segundo patente de promoção passada pelo príncipe regente e datada do Rio de Janeiro aos 12 de dezembro de mil oitocentos e nove (27).

Êste regimento tinha 1.500 homens, aproximadamente. Havia mais três de milícias com um total de 2.100 homens, pertencentes a Trancoso, Arganil e Guarda. A estas fôrças de infantaria estavam adstritos 400 homens, destacados de artilharia n.º 4 e 68 homens de cavalaria, constituindo uma companhia do regimento de Cavalaria n.º 12. O Govêrno da praça havia sido entregue, interinamente, ao comandante de infantaria 24, Guilherme Cox. Eram seus auxiliares o Tenente-rei, coronel Francisco Bernardo da Costa e Almeida e o Major Fortunato José Barreiros, comandante do destacamento de artilharia. Um capitão, de nome Alexandre, comandava a fôrça de cavalaria. Bem municidas, esperava-se que estas fôrças resistissem por longo tempo. Resistiram trinta e quatro dias, mas os comandos esperavam maior período de resistência. Houve, contudo, um imprevisto que ditou a capitulação

(25). — Vide apêndice, doc. n.º 4.

(26). — *Idem.*

(27). — Vide apêndice, doc. n.º 5.

“pode ser que em 15 ou 20 dias mais depressa do que esperavamos” (28).

Wellington estivera na praça ao tempo que Cidade Rodrigo se rendera. Estão datados da praça de Almeida dois ofícios seus, enviados: um ao conde de Liverpool, no dia 27 de junho; outro ao general Craufurd, no dia 28 (29). Sem dúvida que ao retirar-se considerou a praça em condições militares razoáveis, pois que nada deixaria de ponderar com o seu arguto espírito de chefe e julgou a guarnição suficiente para o desempenho da missão que lhe confiava. Quando o cerco começou, Wellington mantinha o seu quartel general a pouca distância da praça e admitia a possibilidade de se comunicar com ela por telégrafo que na fortaleza existia e de que nos dão conta alguns escritos como o de Fortunato José Barreiros que nos diz “que effectivamente trabalhava” (30) e ainda um livro de edição inglesa sem autor (31).

Poucos elementos nos esclarecem ou nos dão informes do ocorrido durante o tempo que decorreu o cêrca de Almeida.

Também não houve ações de destaque, duma ou doutra parte dos contendores, que mereçam referência especial desde o começo do sítio: 24 de julho — e 26 de agosto, dia em que a explosão dum dos armazéns do castelo precipitou os acontecimentos, o que traria como consequência a capitulação da guarnição da praça.

Guingret, na obra que já citamos, dá-nos conta que em 28 de julho, os sitiados, na força de 1.200 homens, tentam uma saída de surpresa, munidos de carros, com o fim de arrebatarem das eiras, a pouca distância das muralhas, os montes de grão que ali se encontravam (32).

(28). — Coleção das Ordens do Dia de Beresford, Ordem do dia 6 de setembro de 1810. Volume de 1810, pág. 162.

(29). — Gurwod, Recueil Choisi des Depêches et ordres du jour do Feld — Marechal Duc de Wellington. Bruxelas, 1843, pág. 387.

(30). — Exposição verídica e sincera das razoens e impossibilidades que provão A S.A.R. O Principe Regente de Portugal e a tóda a Nação, a falcidade do fato e depoimentos das testemunhas, que jurarão contra Fortunato José Barreiros. Bourges, 1815, pág. 20.

(31). — Memoir of Early Campaigns of the Duke of Wellington in Portugal and Spain. Londres, 1820, pág. 152.

(32). — Julho é, na Beira, o mês em que os trabalhos da debulha de cereais se intensifica. Quando o mês finda, êsses trabalhos estão adiantados e as medas decrescem, enquanto o grão se amontoa em volumosas pirâmides que são os moios.

Os franceses haviam pisado no trajeto o restolho dos campos, em vez das searas ondulantes, a acenar uma promessa de fartura, que é a recompensa esperada pelo lavrador a trôco das canseiras de um ano, às vê-

Em meados de agosto, no dia 15, os franceses iniciavam a abertura de trincheiras para assentar as peças destinadas a bater Almeida. A primeira fase dos trabalhos foi executada de noite e os portugueses só na manhã seguinte se aperceberam disso, à vista da terra removida. Uma das trincheiras localizava-se frente ao baluarte de São Pedro, à distância aproximada de 400 metros (33).

Os franceses podiam ter baixas severas se os defensores da praça fizessem patrulhas exteriores às muralhas, caso em que pressenteriam o trabalho dos homens de Massena.

E' Guingret que escreve no seu livro, que

“fazendo patrulhas exteriores, ter-se-iam apercebido dos nossos trabalhos e sofreríamos bastante com o fogo da praça”.

Até ao assentamento das peças os trabalhos duraram 10 dias, ficando terminados em 25 de agosto (34).

zes de longa duração. Em compensação encontram as eiras guarnecidas do ouro que as searas louras ali despejaram, espiga por espiga.

Os sitiados não-de por força cobiçar os molos, a pouca distância da praça, tanto mais que as preocupações dum cerco longo, de tempo incalculado, os há de estimular na disputa do grão das eiras. E, naturalmente, que durante aquêles trinta e tantos dias que o cerco durou, os contactos entre sitiados e sitiados se resumiram a escaramuças desta natureza. As informações, porém, são escassas.

- (33). — Ainda hoje o lugar é conhecido pela designação de “Baterias” e cremos, pode ser que erradamente, que notamos vestígios dos trabalhos de então, numa visita que fizemos ao local. Claro que as trincheiras desapareceram de há muito, mas pareceu-nos ver, à superfície do solo, algumas manchas de saibro que seriam a terra removida para instalação das bôcas de fogo.

Se na verdade a terra que vimos diferente é resultado da escavação, não pomos dúvida que ali se instalaram os canhões de Massena, pois que outras escavações não fariam ali, em terreno que serve apenas à cultura de cereal, para a sementeira do qual a remoção da terra não vai além de 20 ou 30 centímetros.

Mas se a nossa conjectura é razoável a informação que colhemos, sobre a distância a que estavam localizadas as baterias, ou seja, a informação de que as baterias se localizavam a 400 metros do baluarte de São Pedro não é exata, pois que teriam sido colocadas a maior distância. Há, porém, a considerar que as baterias eram dez e, naturalmente, localizadas a distâncias diferentes. Pode então ser que as mais próximas estivessem a 400 metros do baluarte alvejado e houvesse outras a maior distância. A ser assim, a primeira, ou primeiras baterias localizar-se-iam em terrenos onde hoje há vinhas plantadas, beirando um caminho que liga a estrada Vilar Formoso-Almeida com uma via que vai de Almeida a Vale de Lamula.

- (34). — Disto nos informa Guilherme Cox, o governador da praça, ao qual seguimos no relato de alguns sucessos a partir daquela data. Foi a melhor fonte de informação que conseguimos, admitindo, entretanto, a hipótese de que possa haver mais completa. Dentre os documentos que pudemos haver à mão, e que atualmente se encontram em Lisboa, no Arquivo Histórico Militar, folheamos o processo que lhe foi instaurado

“No dia 25 de Agosto pela tarde, dez dias depois que o inimigo abriu a trincheira e que trabalhava já na segunda paralela, as baterias da primeira parecião estar prontas para principiarem o fogo” (35).

No dia seguinte, ao amanhecer, “os canhões estavam já apontados”. Nesse dia, 26, ao romper do sol, chegavam à praça os primeiros projéteis que os franceses dispararam;

“No momento em que appareceu o Sol no horizonte, rompeo-se o fogo do inimigo”.

As primeiras mensagens de fogo que o inimigo enviou aos sitiados, saíam simultâneamente de 10 baterias, postadas frente ao Baluarte de São Pedro. O fogo das peças francesas incidia sôbre êste baluarte e tinha a finalidade de o arruinar, se-

em 1814, e onde colhemos a maioria dos informes no que se refere a Almeida. Era êle o principal responsável pela defesa da praça e o processo que lhe foi movido é uma volumosa peça de 96 fôlhas, referindo a 8a. o que Cox tem de provar perante o conselho:

1.º — Que a explosão do armazém da pólvora, origem da precipitada perda da praça de Almeida, não aconteceu por omissão ou negliência sua;

2.º — Que não pôde embaraçar a influência do Tenente Rei e foi constrangido a capitular.

A justificação de Guilherme Cox foi feita por escrito e dela fazem parte diversos documentos, o primeiro dos quais — o n.º 1 — é a “Exposição do infeliz acontecimento que ocasionou o Rendimento da Praça d’Almeida, no ano de 1810”, e que tem 12 páginas de texto.

Alguns pormenores do nosso trabalho têm por base êste primeiro documento de defesa do governador. Cremos que seria a melhor fonte onde recorrer, já que surgiu dos próprios acontecimentos de 1810 e por êles se formou. Não é obra literária elaborada a gôsto de Guilherme Cox, mas uma peça jurídica necessária à sua defesa. Que exalte alguns pormenores e outros esqueça, para salvaguarda sua, é parte que não nos interessa, nem nos propomos averiguar. Interessam-nos, tão sômente, as informações que sirvam ao nosso fim.

Havemos de esclarecer, entretanto, que o documento n.º 1 da defesa de Cox não é o único relato que êle faz sôbre os acontecimentos que ocasionaram a rendição de Almeida em 1810. Há outro igual nas suas linhas gerais, embora diferente nos pormenores, citado por Christovam Ayres na sua *História do Exército Português* e ainda uma carta, datada de Verdun, de 27 de novembro de 1810, transcrita pelo mesmo autor. Ambos os documentos foram tirados do arquivo da casa de Linhares com o assentimento do Sr. Conde do Ameal (vol. X, pág. 186; Lisboa, 1813). Como dissemos, os documentos coincidem.

Não é de surpreender, pois que as referências são do mesmo autor e reportam-se a um único fato.

A Exposição do infeliz acontecimento que ocasionou o Rendimento da Praça d’Almeida no ano de 1810 dá-nos informações sôbre o início do trabalho das trincheiras para assentar as baterias francesas e ainda da sua conclusão.

(35). — Vide apêndice, doc. 8 (cf. pág. 65 do processo).

gundo comunica o próprio Massena (36), em ofício de 30 de agosto, do seu quartel no Forte da Conceição (37).

Da praça respondeu-se com vigor ao fogo dos franceses enquanto algumas casas se incendiavam. Os moradores, na maioria, haviam saído da praça com os seus valores de maior importância. Os aposentos do governador, na casa do mesmo (38), tinham sido atravessados por alguns projéteis, logo pela manhã, o que levou Guilherme Cox a mudar os seus aposentos para o Baluarte de São João de Deus, num quarto situado na porta falsa, que era à prova de bombas e abobadada (39).

O fogo dos canhões que se iniciara com o levantar do sol manteve-se pelo dia fora, de ambos os lados, insistindo o dos franceses, especialmente, sobre o baluarte na frente das suas peças. Alguns tiros dos artilheiros franceses teriam inutilizado uns tantos canhões portuguêsês e sulcado os traveses dos parapeitos do baluarte de São Pedro, segundo esclarecimentos do próprio Massena (40).

O duelo só abrandou com o cair da tarde, já com a noite próxima. Ao crepúsculo se pensaria em descansar das fadigas dum dia de intenso labor bélico, com algum tempo de tréguas.

No findar dos seus trabalhos, um dos artilheiros franceses atiraria, despreocupadamente, o último projétil em direção à praça. Um dentre os milhares que nesse dia ali caíram e de eficiência à mesma nula. Esse tiro encerrava a sessão de fogo dessa tarde. A bala partiu e nem o homem da peça curou de saber o seu caminho. Como as outras cortou o ar sibilando na sua trajetória curvilínea, a mergulhar uma extremidade no coração da fortaleza; mas foi o tiro mais dramático desse dia!...

Instantes decorridos, um clarão de fulgor intenso fendeu o céu crepuscular daquela tarde de agosto; a terra agitou-se em convulsão e um estampido formidando reboou, semelhante ao deflagrar simultâneo de mil peças; o ar deslocou-se a velocidade ciclônica e blocos enormes de pedra riscaram o céu nas direções mais diversas, à mistura com pedaços ensangüentados de corpos atirados a distâncias incalculáveis. A noite co-

(36). — Fortunato José Barreiros, op. cit., págs. 63-64.

(37). — Sinais das granadas caídas nessa ocasião são ainda hoje visíveis nas muralhas do baluarte e das cortinas próximas.

(38). — É o edifício onde hoje se localizam os Paços do Concelho.

(39). — A porta de entrada deste quarto encontra-se atualmente emparedada, mas nota-se perfeitamente, à esquerda do túnel, quando se caminha da vila para o exterior.

(40). — Fortunato José Barreiros, op. cit., pág. 63.

meçava a estender-se como que a pretender esconder no seu manto escuro a extensão duma tragédia, a confirmar-se no silêncio brusco, que se seguiu ao deflagrar aterrorador.

Fora da praça os sitiantes adivinhavam que o acaso obra prodígios, auxiliando a sua causa, enquanto o artilheiro que percutira uma granada sem grande convicção, reivindicava para si a glória de tal feito.

Os sitiados formulavam hipóteses sobre as causas do cataclismo que provocou o abalo total da praça e acorreram pressurosos ao local onde estava o Governador, procurando esclarecimentos.

Já se dizia dum lado que fôra mina que os franceses fizeram explodir, enquanto outros pressentiam que o paiol grande do castelo fôra pelos ares. O Governador correu ao ponto mais alto da vila para se certificar. Para chegar aí teve de calcar montes de entulho donde escapavam gemidos de dor. Atônito, buscava em vão a silhueta do castelo que desaparecera à chegada do crepúsculo; também não se via a igreja que ficava a pouca distância; e as casas dos artilheiros, que se situavam perto, não mais se divisavam. Tudo fôra aniquilado num momento e o coração da fortaleza deixara de existir.

Refeitos da surpresa, os sitiados juntaram algum ânimo que lhes sobrava e recommençaram o fogo, movimentando as peças que restavam, procurando esconder dos franceses o estado em que a praça ficara. Foi o próprio Guilherme Cox, o governador, que começou o fogo enquanto ordenava que se continuasse a atirar, receando que o inimigo aproveitasse a ocasião para um assalto (41).

Os franceses, que imaginavam a praça arrasada, pasmam ante a audácia dos artilheiros, e Guingret resume-a nestes termos:

“Artilheiros portugueses, tendo a felicidade miraculosa de sobreviver à explosão, continuam a atirar com as suas peças, enquanto os restos da praça ainda voam, ameaçando de os esmagar” (42).

Uma bomba atirada ao acaso comunicara o fogo à pólvora guardada nos armazéns do castelo originando a catástrofe. As portas dos armazéns estavam protegidas por grossas traves de madeira e talvez que uma bomba, rebentando alguma das traves, se introduzisse num depósito, comunicando o fogo à maior

(41). — Vide apêndice, doc. 8 (cf. pág. 66 v).

(42). — Guingret, op. c.it., pág. 29.

reserva de pólvora que a praça tinha. Eram três os armazéns, contendo o maior 2.500 barricas de pólvora (43). A quantidade enorme que ardeu duma só vez, foi semelhante a bomba de muitas toneladas, que abalou a praça inteira. Grande parte das casas da povoação foram destruídas e as que não foram ficaram danificadas.

Na igreja matriz haviam procurado abrigo muitas pessoas, bem como nas casas do recinto do castelo, porque as julgavam menos vulneráveis às granadas dos franceses. Parece que havia cêrca de oitenta civis ali abrigados quando a catástrofe se deu; igreja e castelo desapareceram completamente, tragando nos seus escombros os que se acolhiam à proteção dos seus muros espessos (44).

Na guarnição houve cêrca de 500 baixas entre os mortos e desaparecidos e a fortaleza ficou sem munições, à parte algumas que se guardavam, em número escasso, em lugar diferente. Muitas bocas de fogo ficaram inutilizadas. Êste o trágico balanço do infeliz acontecimento.

Os efeitos morais do rude golpe sentir-se-iam na manhã seguinte, quando a madrugada do dia 27 deixou ver o mais horrível dos espetáculos, com as ruas entulhadas pelos escombros das casas; estas denegridas pelo fogo que lavrara tôda a noite e, à mistura com os destroços, cadáveres desfigurados com mutilações impressionantes. Nem um só edifício incólume da explosão e, a agravar o mal, o fogo ininterrupto dos franceses, que durante tôda a noite haviam disparado mais de mil granadas e, pela manhã adiante, continuavam a bater a praça, enquanto os artilheiros portugueses consomem as poucas munições que restam e que escaparam da explosão por se guardarem no Baluarte de São João de Deus, dentro das casas-matas.

A manhã passou-se neste duelo, como se o troar do canhão fôsse o fundo sonoro da tragédia que se apresentava e a

(43). — Vide apêndice, doc. 8 (cf. as págs. 66 e 66 v).

(44). — E' constado, pelo menos é voz do povo, que, nas proximidades da área onde o castelo se encontrava, têm aparecido alguns objetos de valor. Não nos custa crer, pois que os que se refugiavam ali, temendo que as granadas atingissem suas moradias, levariam o que de mais valor tinham e que, juntamente com êles, desapareceu na explosão.

Flizeram-se escavações na área do castelo, não há muito tempo ainda, mas suspenderam-se logo de seguida; não indagamos as razões. Se algum dia se continuarem, é provável que surjam ossadas à mistura com objetos vários que os que pereceram guardavam ou usavam mesmo, pois que muitos eram mulheres, pobres mulheres assustadas, que procurariam, nas preces, esquecer o sibilar das granadas.

cujo cenário não faltavam laivos de sangue nem a ardência das labaredas.

O gotejar enervante das granadas francesas suspendeu-se de súbito pelas 10 horas, para dar lugar ao último golpe do general Massena: a proposta de rendição.

Na mesma hora chegavam três emissários do chefe francês. O governador da praça viu a conveniência de não regeitar as negociações, mas procedeu, segundo confessa, de maneira a dar tempo a Wellington para socorrer a praça se isso fôsse a intenção do chefe anglo-luso.

Recebidos os emissários, um dos quais o português de nome Gama, ao serviço da França, resolveu Guilherme Cox pedir a Massena, por intermédio dos seus enviados, as condições que exigia na capitulação. Não as fêz esperar o general francês, que mandou o seu ajudante, coronel Pelet, com os artigos escritos da rendição que Cox deveria assinar. Se aceites as condições — garante Pelet em nome de Massena — a guarnição ficaria livre, podendo regressar a suas casas. Isto não constava dos escritos, mas Massena concederia a liberdade como favor seu.

Guilherme Cox nomeou então dois oficiais portugueses para tratar com Massena. Recomendou entretanto aos seus emissários que conseguissem a entrega da praça, nunca antes do meio dia de 28; e conseguissem, ainda, que fôsse reduzida a artigo de capitulação a promessa de liberdade para a guarnição.

Os oficiais enviados foram: Fortunato José Barreiros, major de artilharia e o capitão José Pedro de Melo. Este último regressou tempo depois à praça para comunicar ao governador que Massena não alterava em nada a proposta que já havia remetido. Exigia ainda que a mesma proposta

“lhe fôsse entregue até às 8 horas dessa mesma noite”.

O governador regeitou, o que foi comunicado a Massena. Um outro emissário chegou à praça, com uma carta do chefe francês em que êste comunicava ao governador que esperava meia hora. Findo êsse prazo começaria novamente o bombardeamento que cessaria apenas quando a praça se rendesse sem condições. Ainda desta vez Guilherme Cox pretendeu ganhar tempo, mandando dizer que sendo já mais de 8 horas da noite, não podia dar satisfação ao que Massena pedia. Faz ainda notar que a única diferença entre os dois chefes dizia respeito à libertação da guarnição, o que, aliás, já lhe tinha sido pro-

metido; êle pretendia, apenas, que essa promessa fôsse reduzida a escrito como um dos artigos da capitulação. Acrescentava, ainda, que o general Massena não podia iniciar o fogo sem que o major Barreiros, ainda no acampamento francês, tivesse voltado à praça.

Não teria ainda chegado êste emissário ao campo francês e outro se apresentou, comunicando da parte de Massena que a guarnição seria livre, mas comprometendo-se a não lutar contra os franceses ou seus aliados, enquanto a guerra durasse.

O chefe dos franceses teria considerado que as negociações se dilatavam demasiado, razão porque, nessa altura, o fogo das peças francesas se reinicia. Guilherme Cox, que protelara até aí a assinatura da proposta de Massena, resolveu-se inserir na nota de capitulação o artigo que respeitava à libertação da guarnição e assinou-a às 11 horas da noite enviando-a de seguida a Massena pelo último parlamentar francês. No entanto o fogo prolongou-se pela noite adiante, flagelando a praça até de madrugada, ainda que a rendição estivesse assinada. A 28, depois das 9 horas, a guarnição depôs as armas ficando Massena senhor da praça.

Fugindo à índole do nosso trabalho, abrimos um parêntese, para observar algumas referências que Guilherme Cox fez a Fortunato José Barreiros, comandante de artilharia da praça e Francisco Bernardo da Costa e Almeida, tenente-rei (45), e não nos parecem justas nem tão pouco verdadeiras. No documento n.º 1 da sua defesa, o governador acusou-os de traição, insinuando que, por ação dos dois oficiais, foi apresada a rendição da praça. Não precisamos entrar em minúcias para darmos conta da inconsistência do seu argumento. Analisemos o que Cox escreveu na sua exposição:

“Desde o momento da explosão, eu vi claramente a impossibilidade d’Alguma defesa prolongada” (46).

Não obstante as condições a que a praça ficou reduzida, as armas foram depostas pela guarnição 38 horas depois. Não vemos, por aí, em que teriam os dois oficiais portugueses apresados a entrega da praça. Ambos foram posteriormente condenados. Francisco Bernardo da Costa e Almeida foi executado em Lisboa, em 1812. Fortunato José Barreiros haveria tido a mesma sorte se estivesse em Portugal.

(45). — Vide apêndice, doc. 8 (cf. págs. 67 v, 68 e 70).

(46). — Idem (cf. pág. 67).

Dizia-se dêste último que fôra êle que preparara a explosão fazendo um cordão de pólvora desde o armazém grande do castelo até à rua. Uma bomba francesa teria incendiado o rastilho que improvisou, levando o fogo ao interior do depósito, conseguindo dessa maneira a explosão.

No processo que lhe moveram, consta claramente esta acusação.

Barreiros publicou em 1815 uma “**Exposição...**” em que prova a inconsistência da acusação, como prova a inconsistência de outras que lhe fizeram. Quanto à sua inculpabilidade na explosão, uma passagem de Guilherme Cox é concludente.

O governador não sabia a que atribuir a causa da explosão, mas aventurava que

“a conjectura mais verossímil me parece ser que uma grossa bomba rompesse pelas traves que cobrião a porta do grande armazem que entrasse para dentro e comunicasse o fogo à pólvora. Hé possível que fôsse obra de traição, mas não me persuado disso” (47).

Nem mesmo Guilherme Cox se persuadiu que houvesse traição quanto à explosão do castelo. E não se julgue que teria poupado Barreiros, se tivesse o mais leve indício de suspeita. A sua defesa, o documento n.º 1 da sua defesa, bem nos deixa entrever a animosidade por êste oficial, a quem se acusou, ainda, de ter ficado com os franceses até êstes entrarem na praça e com êles continuar depois ao serviço da França.

Barreiros na sua “**Exposição**” esclarece êste ponto, afirmando que entrou na praça e falou com o governador antes dos franceses entrarem. Depois que entraram ficou na fortaleza, parece que a trabalhar no arrolamento do que da praça restara.

Em 1815, em Bourges, publicou um trabalho: **Exposição verídica e sincera...** que lhe valeu a absolvição das acusações feitas, muitas e graves, e voltou à Pátria onde ocupou cargos de responsabilidade.

Mais infeliz foi Costa e Almeida, que em 1812 foi executado, como já referimos. Desde a queda da praça até à execução decorreram dois anos, em que gozou de liberdade, parece que propiciada por Beresford, durante a qual foi aconselhado à fuga. Negou-se terminantemente a isso. Não está no nosso papel opinar sôbre a regularidade ou irregularidade do processo pelo qual vem a ser condenado. Mas não resistimos

(47). — Vide apêndice, doc. 8 (cf. pág. 70).

à tentação de transcrever o que sôbre o seu julgamento já se escreveu:

“Devia Francisco Bernardo ser processado, sem primeiro, ou conjuntamente o fôsse o governador da praça; o homem que ajustara e assinara a capitulação, e sôbre o qual especialmente pesava a responsabilidade de semelhante acto?” (48).

Acrescentemos que ao governador da praça só em 1814 lhe foi instaurado processo. Sôbre Costa e Almeida há uma **Memoria Biographica** publicada no Pôrto, em 1883, da autoria de João da Silva Mendes.

*

Fechemos o parêntese para denunciarmos o procedimento de Massena para com a guarnição de Almeida. A sua promessa de libertação foi falsa. Sob ameaças, essa guarnição foi levada a aceitar o seu ingresso no exército francês. Mas parece que só nominalmente aceitou essa condição; pouco tempo passado as deserções foram em massa e quase tôda fazia parte dos quadros de Wellington, para lutar novamente contra o invasor.

Almeida ficou nas mãos dos franceses e foi seu governador o general Brenier, a quem Massena confiara a guarda da praça (49).

Mas ficara em tal estado de ruína, depois da explosão do dia 26, que Massena se viu obrigado a continuar com o seu quartel general no Forte da Conceição, por não poder estabelecer-lo em Almeida e a sua marcha para o interior só se obsestaria em 16 de setembro.

(48). — Carvalho e Oliveira, in *Revista Universal*. Lisboa, 1891, pág. 632.

(49). — Brenier foi governador até 11 de abril do ano seguinte, data em que sofreu nôvo cêrcio. Desta vez, porém, os papéis tinham-se invertido. Os sitiados eram os franceses e o sitiante era o exército de Wellington. Operava-se então a retirada de Massena, e as suas tropas eram perseguidas pelas anglo-lusas. Wellesley ordenara que se vigiasse a fortaleza e se não deixasse sair livre a guarnição. Os sitiados, que se sabiam guardados pelo exército inimigo, provocaram nova explosão na praça fazendo saltar uma das cortinas da fortaleza, a que fica protegida pelo Revelim dos Amores, entre o Baluarte de São Francisco e o Baluarte de São João de Deus. Pela ruína tiveram passagem para o exterior da praça, onde se dirigiram para território espanhol, a coberto da noite e pelos lados de Malpartida. Os anglo-lusos ouvindo a explosão na praça não souberam a que atribuí-la e pensaram num desastre. Quando tiveram conhecimento do sucedido, já a guarnição francesa estava longe, não conseguindo alcançá-la.

Sôbre o general Brenier há uma publicação de 1941, impressa em Lisboa e editada em francês, cujo título é: *Notice sur le général Brenier Montmorand e sur le siège d'Almeida* da autoria de G. Brenier.

A êsse tempo a causa dos anglo-lusos devia estar ganha, ainda que só passado um largo período isso se pudesse demonstrar. Para a vitória contribuiu, decisivamente, Almeida, mesmo que isso lhe custasse a própria ruína.

3). — AS LINHAS DE TÔRRES VEDRAS.

Já atrás nos referimos à demora de Massena na fronteira portugueza e ao tempo gasto pelo exército francês antes da sua progressão para o interior do país na denominada 3a. invasão francesa.

Após a tomada de Almeida o comandante em chefe das fôrças de Napoleão continuou com o seu quartel general no Forte da Conceição, porque o estado ruinoso da praça forte portugueza não lhe permitiu estabelecer-se nela, que das edificações

“não havia uma só que não fosse demolida, ou muito damnificada pelos effeitos da explosão, ou pelos das bombas”

ao que nos informa Guilherme Cox (49).

Massena demorou-se, ainda, mais de duas semanas na fronteira planeando a incursão no território português, plano que fazia “sem pressas”, ponderando cada passo de sua próxima progressão em país a conquistar. Só pôs em marcha o seu conjunto bélico em 16 de setembro, fazendo movimentar os seus três exércitos, a convergirem para a capital do país, que tinha em mente atingir. Dois dêles estavam entre o Águeda e o Coa e êsses eram o 6.º e o 8.º corpos, comandados, respectivamente, por Ney e Junot, como referimos atrás.

O 2.º corpo de exército estacionado perto de Coria, em terras espanholas, recebeu ordem para marchar na direção da Guarda, com vistas à sua junção com as restantes fôrças. Comandava-o Reynier. A junção ordenada operou-se nas proximidades de Viseu, onde os invasores começaram a sentir as dificuldades da progressão e Massena foi aconselhado a esperar subsistências, ou a recuar para poder ter seguros os abastecimentos, pois que, por onde passava, nada encontrava que pudesse servir de mantimento às suas fôrças. Verdade que Wellington aconselhara as populações a fugir e destruir tudo que pudesse servir ao invasor. Parece que foi religiosamente se-

(49). — Vide apêndice, doc. 8, (cf. pág. 67).

guido êste princípio o que levou Massena a comunicar ao imperador: “marchamos num deserto”.

Mas isto não fêz esmorecer o ânimo do comandante em chefe que não aceitou o parecer dos seus generais para retroceder ou estacionar, o que levou à conta de despeito dos seus auxiliares, invejosos da sua posição.

Por Viseu atingiu a estrada que ia do Pôrto à capital e fêz marchar os seus exércitos, com a decisão de atingir Lisboa, para empurar os inglêses ao mar. No caminho as fôrças de Wellington não se lhe opuseram e só uma ou outra escaramuça fazia sentir a Massena que havia um exército a defender Portugal. Esse exército, porém, retirava-se na sua frente o que tornava os franceses confiantes na sua progressão.

No Buçaco, porém, as tropas de Wellington estavam em ordem de batalha e aí se deu um recôntro que, embora não favorecesse os franceses, não os impediu de continuar caminho. Foram por Coimbra e a 13 de outubro, a menos dum mês da fronteira, depararam com as Linhas de Tôrres Vedras, de que não conheciam a existência, e que se haviam construído em segredo.

“Tinha-se recomendado o mais profundo silêncio sobre a extensão e natureza dos trabalhos em execução, e é honríssimo para todos os que nêle tomaram parte observar que apenas uma frase vaga se pôde insinuar dos papéis públicos; e apesar da imensidade da obra os franceses ignoraram a natureza da barreira que contra êles se levantava” (50).

As linhas foram construídas por decisão de Wellington, convencido, naturalmente, de que só assim conseguiria deter a marcha dos franceses, a impedir que êstes atingissem Lisboa. Neste sentido deu as ordens necessárias para que se fortificassem tôdas as posições, disso susceptíveis, na península compreendida entre o Tejo e o Oceano.

Antes de Wellington, já os engenheiros militares portugueses haviam compreendido a importância defensiva das elevações ao norte da capital e da vantagem que resultaria se a fortificassem. O oficial português, José Maria das Neves Cos-

(50). — John Jones, *Memória sôbre as Linhas de Tôrres Vedras*, cit. in Christovam Ayres, *História do Exército Português*, volume V, pág. 307.

ta tinha procedido ao reconhecimento de diversos pontos que depois foram fortificados (51).

Numa nota enviada de Lisboa, datada de 20 de outubro, Wellington ordenava ao comandante dos engenheiros reais, coronel Fletcher, que procedesse ao estudo das posições ao norte do Tejo. As posições a estudar eram as que pudessem contribuir para a defesa de Lisboa, e o seu estudo tinha a finalidade de saber por que meios se podiam

“tornar essas posições mais fortes elevando sem demora diversas obras e fazer preparativos para construir outras” (52).

E’ de presumir que decorressem algumas semanas entre o envio da nota ao coronel Fletcher e o início dos trabalhos de fortificação. Teixeira Botelho dá como data de início das obras de fortificação o dia 3 de novembro (53).

Parece-nos demasiado curto o espaço de 13 dias, que me-deia entre a ordem de Wellington e a data indicada. Há, na verdade, dificuldades em estabelecer datas rigorosas, tanto para o início, como nos progressos dos trabalhos de fortificação. Não nos surpreende esta dificuldade se pensarmos no segrêdo que acêrca das obras se guardou. Referimos já uma citação de John Jones, que foi o chefe dos trabalhos das Linhas de Tórres Vedras e êle mesmo nos indica vagamente o outono, como o tempo de início. Sabemos, entretanto, que as linhas tiveram início no final do ano de 1809.

*

(51). — José M. N. Costa, *Memória Militar (original) sôbre o terreno ao Norte de Lisboa e posições defensivas que ali se encontram* — A.H.M., Sala F — Defesa Nacional — 1a. secção, caixa 8, n.º 679.

Nesta memória se refere, na fôlha 1, numa nota, ter sido o original da mesma entregue a “Lord Wellington em abril de 1809, 9 meses antes de se começar a construção das linhas”. Negaram os ingleses que esta memória fôsse seguida ou aproveitada, na elaboração das linhas de defesa e diziam mesmo ignorá-la. Em face da documentação conhecida, parece insustentável tal afirmação.

Se foi, ou não foi, segundo os planos dêste engenheiro, que Wellington mandou executar as obras, não interessa ao nosso caso discutir. Interessa-nos apenas saber que foi 9 meses depois de abril de 1809, que as linhas de Tórres Vedras foram começadas, segundo a informação de Neves Costa. Assim, concluímos que as obras das Linhas começaram em dezembro de 1809. Não devemos estar fora da verdade.

(52). — Gurwod, *Recueil Choisis des Dépêches et des ordres du jour du Feld-Maréchal Duc de Wellington*. Bruxelas, 1843, pág. 318.

(53). — Teixeira Botelho, *op. cit.*, pág. 346.

As obras fortificadas, conhecidas por Linhas de Tôrres Vedras, eram três cadeias de núcleos fortificados formando três linhas de defesa. A primeira destas linhas, exterior às outras duas, ia do Oceano ao Tejo, desde a foz do rio Sezinando, a poente de Tôrres Vedras, até Alhandra, passando por Tôrres Vedras, Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos. Era a mais extensa das linhas e a primeira que deteve a marcha dos franceses.

Uma segunda linha era constituída por uma cadeia de fortificações que iam desde a Ericeira, por Mafra e Bucelas até Alverca, assentando o seu flanco no Tejo, tal como acontecia à primeira linha.

Estas as duas linhas principais que se destinavam a sustar a marcha do invasor, a evitar que atingisse a Capital.

No caso, porém, de serem ineficientes, o que permitiria a progressão dos franceses até Lisboa, havia uma terceira linha, de extensão bem mais reduzida e foi construída para proteger um eventual embarque dos ingleses, no caso das duas primeiras serem ultrapassadas pelas tropas de Massena. Era um reduto de frente bastante limitada e constituído por uma série de fortins capazes de resistir, enquanto se procedia à retirada. Para operação desta natureza escolheu-se São Julião, a poente de Lisboa.

Apesar de não ser fácil seguir o curso das obras de fortificação, que foram chefiadas pelo inglês John Jones e nos deixou uma memória sôbre as Linhas de Tôrres Vedras, referiremos alguns pormenores que nos dão idéia dos trabalhos efetuados nas fases mais importantes. Alguns dêles são-nos dados pelo engenheiro chefe nas suas **Memórias** começando por dizer que

“As obras de São Julião, Monte Agraço e Tôrres Vedras tinham sido começadas no outono de 1809” (54);

esclarecemos, entretanto, que

“a resolução de as começar remonta à batalha de Talavera em 28 de julho” (55).

“As obras de São Julião, Monte Agraço e Tôrres Vedras, tinham sido começadas como pontos de apóio isolados, na intenção de procurar, para o exército aliado, al-

(54). — John Jones, **Memória das Linhas de Tôrres Vedras**, tradução do inglês por M. Gosselin, Paris, 1832, pág. 45.

(55). — *Idem*, pág. 20.

guns meios de defesa, se o exército de invasão avançasse súbitamente” (56).

Vemos por êste texto que as Linhas não foram concebidas, de princípio, como cadeia contínua de fortificações do Tejo ao mar. Apenas se fortificariam alguns pontos isolados da 1a. linha e ainda o reduto que protegeria um embarque e que foi a 3a. linha defensiva.

“Entretanto, na primavera, e mais rigorosamente, no verão de 1810, eleva-se a linha de redutos avançados” (57)

que veio a ser a primeira linha das fortificações. Em nota de página ainda John Jones nos dá conta das datas em que se iniciaram as fortificações dalgumas posições da 2a. linha defensiva e que foram: Mafra, começadas a 17 de fevereiro; Eiceira e Montachique a 19; Vialonga, 24; Arruda (posição da 1a. linha) a 17 de março e Ponte do Rol a 26.

Obras houve, então, que começaram em fins de março, segundo informações de Jones. Não é difícil de calcular que, começadas em fins do ano de 1809, pouco teriam adiantado pelo inverno afora. Daí a razão por que foi com a entrada da primavera que os trabalhos entraram em ritmo mais acelerado.

A crermos em Wellington nada se teria feito no inverno. Duma carta datada de 24 de abril de 1812 extraímos o seguinte passo:

“fui obrigado a fazer uma segunda viagem a Lisboa, no mês de fevereiro de 1810, e fazer destruir as obras que tinham sido começadas” (58).

Wellington esteve em Lisboa no tempo indicado e de lá endereçou também uma carta ao conde de Liverpool, datada de 9 de fevereiro. Comunica nessa carta:

“vim a esta parte do país para examinar os progressos que se têm feito nas obras que tinha mandado construir, quando aqui estive em outubro” (59).

Foi, portanto, à volta de 9 de fevereiro que Wellington “fêz destruir as obras que tinham sido começadas”. Se interpretássemos rigorosamente êste passo diríamos que “as obras”

(56). — *Idem*, pág. 45.

(57). — *Idem*; *idem*.

(58). — Gurwod, *op. cit.*, pág. 613.

(59). — *Idem*, pág. 361.

foram tôdas as “que tinham sido começadas”. Cremos não haver grande rigor na expressão e “as obras” destruídas foram, apenas, algumas delas. Sem querermos alongar-nos em pormenores, notaremos, sòmente, que foi já próximo da estação primaveril que os trabalhos entraram em sua fase definitiva. A partir daí trabalhou-se constante e afanosamente que o tempo era pouco para a extensão dos trabalhos.

Quando os franceses ali chegaram, em outubro, havia 126 obras completas. O total, seria de 152 que ficariam concluídas em 1812. Mas em 1810 eram já em números suficientes para cortar o passo a Massena e não permitirem o seu avanço. Para isso tiveram de ser construídas em ritmo bastante acelerado, visto que o seu início foi tardio.

Logo que Wellington se decidiu mandar levantar as fortificações, previu que não tinha tempo para delongas.

Foi, como dissemos, a Fletcher, que ordenou, em nota enviada em outubro de 1809, que procedesse ao estudo do terreno a norte do rio Tejo. Essa nota constava de 21 artigos cada um dos quais citava uma ou mais posições que Fletcher havia de estudar, para as

“tornar mais fortes, elevando sem demora diversas obras” (60).

Parece descobrir-se certa apreensão nas recomendações de Wellington quando lemos que se deviam elevar “sem demora” as obras capazes de fortificar as posições. Na verdade o tempo era precioso e a apreensão do chefe confirma-se quando se lêem os 21 artigos da nota. E’ que 12 dêstes recomendavam que se calculasse o tempo que podiam demorar as fortificações. Este pormenor é sintomático e revela que o tempo era fator primordial a considerar.

Começadas as obras no outono, só na

“primavera estavam em pleno andamento” (61).

Começou-se, como dissemos, por fortificar pontos isolados, suscetíveis de impedir a marcha para Lisboa pelos caminhos habituais. Posteriormente se pensaria ligar em cadeia uma série de fortificações do Tejo ao mar. Porém, uma cadeia simples podia ser ultrapassada em qualquer ponto pelas forças de Massena, o que faria correr risco à guarnição da linha

(60). — Gurwod, *op. cit.*, pág. 318.

(61). — Teixeira Botelho, *op. cit.*, pág. 346.

defensiva e permitiria que os franceses atingissem Lisboa. Desta hipótese nasceria a idéia duma 2a. linha defensiva e, como medida de precaução, um reduto defensivo que permitisse um embarque.

Apesar de termos o esquema das Linhas, não podemos seguir o desenrolar dos trabalhos na sua feição técnica ou no seu acontecer cronológico, influenciados pelos fator tempo, o mais premente de todos os fatôres.

A provar esta asserção podemos recorrer ao testemunho do já citado engenheiro Neves Costa.

Mereceu reparos dêste a maneira como foram fortificados alguns pontos, de forma a violar os cânones da época e ainda o terem-se desprezado outros que não deviam ser esquecidos. Estes reparos colhemo-los na **Memória** da sua autoria, que já citamos, e que foi novamente escrita e

“acrescentada com observações e notas do mesmo autor em 1815” (62).

Na análise que faz das **Posições para disputar a estrada que de Tôrres Vedras vem a Lisboa por Montachique** escreveu, a propósito da posição da Portela da Urgeiriça, numa nota referida pela letra I:

“Já notamos que os Engenheiros Britânicos seduzidos pela aparente necessidade de defesa do terreno por onde a Posição de Tôrres pode ser mais facilmente rodeada, empregaram, para êste fim todos os recursos da defesa natural e omitiram ou não tiveram tempo de acrescentar semelhantes reforços às vantagens naturais das alturas do Sul de Tôrres Vedras. Desde esta Vila até ao Furadouro ou Mata da Guerra, só construíram nesta altura 3 redutos; isto é entre a Portela da Urgeiriça e Mata da Guerra. — Acrescentemos agora que se pode considerar um êrro militar não haverem fortificado e colocado baterias nas alturas de Portocheira”.

A transcrição que fazemos dá-nos a saber que os engenheiros “omitiram ou não tiveram tempo”, algumas obras, ou de fazer algumas obras, o “que se pode considerar um êrro mi-

(62). — **Memória Militar Respectiva ao Terreno ao Norte de Lisboa por José Maria das Neves Costa, Major do Real Corpo d'Engenheiros em maio de 1809 Acrescentada com observações e notas do mesmo autor em 1814.** (A.H.M. Sala F — Defesa Nacional, 1a. Secção, Caixa n.º 680).

E' manuscrita e não tem as folhas numeradas. Neves Costa escreveu-a para provar que os inglêses fortificaram os pontos por êle indicados no original entregue a Wellington.

litar”. Está com a razão Neves Costa, mas talvez que pudéssemos completar o seu parecer. Estávamos tentados a modificar a expressão do autor para escrever: “omitiram porque não tiveram tempo”, e cremos que encontrávamos a verdade.

Algumas obras de fortificação foram feitas à pressa, pouco antes dos franceses chegarem, para poder-lhes fazer frente. Não é de estranhar que esperando a chegada do inimigo a qualquer instante, se deprezassem pormenores para poder socorrer-se ao essencial.

Convinha que a primeira linha oferecesse a segurança necessária, com as obras de maior culto; dos pormenores se cuidaria depois. Assim, sabemos que as linhas de Tôrres Vedras só foram dadas por concluídas em 1812. Mas foi em outubro de 1810 que barraram o passo aos exércitos de Napoleão. Daí que os engenheiros “omitiram”, porque “não tiveram tempo” a desperdiçar, aquilo que ao especialista em fortificações se afigurava elementar, numa razoável técnica de redutos defensivos.

A reforçar a nossa opinião, atentemos num documento de 1815 (63), já que contemporâneos das obras os não pudemos haver à mão. É uma relação, donde constam alguns proprietários que pretendem ser indenizados dos prejuízos que sofreram quando da construção da 1.ª linha de defesa. A relação em questão refere-se aos trabalhos de fortificação em locais compreendidos entre Alhandra e Sobral do Monte Agraço (64). Nessa relação, elaborada em 1815, se inscreveram os danos sofridos nas propriedades, para que os donos fôsem compensados, apresentando-se êstes com documentos a reforçar as suas petições. Estão assinados pelos oficiais que em 1810 ordenaram os trabalhos e expropriações e são datados (65).

(63). — Informação a respeito dos prejuízos que experimentarão alguns proprietários, pela ocasião da Guerra em consequencia das obras de Fortificação que se construirão na 1.ª Linha de defeza, desde o Destrito de Alhandra até ao Sobral de Monte Agraço inclusive. (A.H.M., Sala F; Fortificações e Obras Militares, 1.ª Secção, n.º 8, pasta 647, caderno 59 — Linhas de Tôrres Vedras, 1815).

(64). — Vide apêndice, doc. n.º 9.

(65). — As relações elaboradas em 1815 tem por base aqueles documentos e estão hoje arquivadas no Arquivo Histórico Militar de Lisboa, onde consultamos algumas, entre elas a de que fizemos transcrição duma página e mandamos fotografar. Nesta página consta o nome de 9 proprietários, a 8 dos quais foram cortadas árvores para serem empregadas nos abataizes da 1.ª linha de defeza.

A um dêles foram solicitados pipas e tonéis e mais telha e tijolo para traveses da mesma linha.

Todo o material, que consta da relação, foi requisitado em setembro de 1810, com exceção do fornecido por um dos proprietários que traz a data de outubro do mesmo ano.

Nós sabemos que foi a 13 de outubro que os franceses chegaram frente às linhas de defesa. Concluiremos então que alguns trabalhos foram feitos escassos dias antes que o inimigo chegasse. Daí por que poderíamos dizer: que os engenheiros “omitiram” porque “não tiveram tempo”, alterando a frase que Neves Costa escreveu no que se referia aos trabalhos de fortificação.

Depois que os franceses chegaram as obras não pararam; completaram-se as Linhas passados dois anos, quando se deram por terminados. Entretanto em 1810, resistiram, embargando o passo ao invasor, para o que foi necessário um esforço desmesurado, no qual cooperaram militares e civis, com a idéia assente de livrar a capital do reino da violência e do saque que tinha já sofrido uma vez, dois anos antes, por parte de hordas que vestiam as mesmas fardas dos invasores que se aproximavam. E' que salvar Lisboa era proteger o coração que palpitava, a dar vida ao corpo flagelado da Pátria.

*
* *
*

CONCLUSÃO.

A Terceira Invasão Francesa terminou em Tôrres Vedras.

A bem dizer tinha começado na Galiza, logo após o insucesso de Soult que à frente de Wellesley retirou de Portugal fazendo o seu exército escalar a serra do Larouco, em operação de emergência, a evitar ser envolvido pelos anglo-portuguêses.

Referimos já, ao tratar da segunda invasão, a operação dos franceses na sua retirada para Espanha, por terras galegas, onde chegaram sem armas e sem bagagens que abandonaram pelo caminho com inúmeros mortos e feridos. O desaire do general contrariou sobremaneira Napoleão que, pela segunda vez, viu os seus exércitos expulsos do pequeno país ibérico.

Sem perda de tempo e ainda sob a impressão do revés sofrido, expediu ordem a Soult para que preparasse nova fôrça de invasão, a qual seria de três exércitos, para a conquista de Portugal. A preparação dos efetivos começou em julho de 1809 quando Soult, na Galiza, teve conhecimento do ordenado pelo Imperador.

Por coincidência de certa curiosidade foi também em julho dêsse ano que se pensou erguer uma barreira defensiva ao norte de Lisboa, a acreditarmos na afirmação de John Jones que nos diz que a idéia das Linhas de Tôrres Vedras “remonta à batalha de Talavera em 28 de julho” (65).

Da parte de Wellington desenvolvia-se atividade no sentido da defesa, enquanto que os franceses preparavam a ofensiva das suas fôrças.

Quando em fevereiro de 1810 um exército de Napoleão, iniciava o assédio de Cidade Rodrigo, Wellington preocupava-se com as Linhas de Tôrres Vedras, ordenando no dia 9 daquele mesmo mês que se demolissem algumas obras que julgava inefficientes e que se haviam começado no outono do ano anterior. Esta demolição deu lugar a novos trabalhos de fortificação mais eficiente, iniciados logo de seguida e obras houve que se começaram muito depois como referimos a propósito de Arruda, Ponte do Rol e Vialonga.

Estavam os trabalhos em bom andamento na primavera, altura em que Astorga, no país vizinho, caiu, a 22 de abril. Posterior, porém, foi a queda de Cidade Rodrigo, em fins de junho depois que Ney a bombardeou e desmantelou, obrigando Herrasti a capitular, ainda que soubesse próximas as fôrças de Wellington.

E’ de notar, entretanto, o tempo que os exércitos franceses demoram para reduzir as fortalezas espanholas. Por essa demora só em julho Massena caminhou sôbre Portugal, onde assediou Almeida por mais de um mês, o que fêz com que o caminho para Lisboa só estivesse desimpedido em setembro.

A queda de Almeida, porém, foi anterior ao que se previra,

“pode ser que em 15 ou 20 dias mais cêdo que esperávamos” (66).

Importante êste pormenor.

A êsse tempo os trabalhos das Linhas de Tôrres Vedras não iam muito adiantados e a partir da queda de Almeida

(65). — Op. cit., pág. 20. Vemos, entretanto, que esta afirmação não é exata depois que tomamos conhecimento das Memórias, já citadas do major Neves Costa. Antes daquela data já se havia pensado nas “Linhas” e nem John Jones o saberia. A coincidência mantém-se, apenas, quando esquecemos o que o engenheiro português nos revela.

(66). — Collecção das ordens do dia de Beresford. Ord. de 6 de setembro de 1810; vol. do mesmo ano, pág. 162.

“deu-se grande impulso às obras” (67).

Este impulso provocou a mobilização de todos os recursos, incluindo a de grande número de obreiros, de muitas léguas em redor.

A queda da praça fôra mais cêdo que os comandos esperavam, “15 ou 20 dias”. Podemos então concluir que se esperava que Almeida caísse, ainda que fôsse 15 ou 20 dias depois.

Temos a informação de que Wellington tencionava prolongar a defesa, segundo uma edição inglêsa que nos informa, ainda, que o chefe anglo-luso deslocou fôrças até à margem do Coa, ali chegando a 27 de agôsto, quando já se havia dado a explosão na praça.

Wellington surpreendeu-se, nesse dia, por não ouvir os canhões que tinham começado a disparar na véspera e que nós sabemos terem suspenso fogo pelas 10 horas do dia 27, para Massena fazer a proposta de rendição. O silêncio impressionou-o e foi informado de que houve uma terrível explosão (68).

Se na verdade Wellington tencionava socorrer a praça, não o podemos averiguar, mas, se, como o autor refere, chegou com as suas fôrças à margem do Coa, as intenções não seriam outras. Sendo assim, ocorre-nos perguntar a razão da decisão do chefe, quando nos lembramos que Cidade Rodrigo foi esmagada um mês antes, sem que se decidisse socorrê-la. Mas sabemos mais. Opôs uma recusa categórica aos que pediam socôrro para a fortaleza espanhola, apesar das influências que se moveram, constando, até, que La Romana se deslocou à Beira para pedir a Wellington que socorresse os sitiados. Recusou e deixou que Cidade Rodrigo fôsse tomada pelas fôrças napoleônicas, para não arriscar o seu exército em ação que não considerava decisiva.

Almeida também não era de importância decisiva. Tanto não era que se esperava capitulasse “15 ou 20 dias” depois. Por que, então, a decisão de Wellington de socorrer a praça, para o que deslocou o seu exército para as proximidades do Coa? A queda da fortaleza não a evitaria, na certa, e a única vantagem seria retardar a entrega da praça. Retardar os franceses na fronteira também não oferecia, aparentemente, benefício algum. Wellington não procurava aumentar nem melhorar os seus efetivos, pois não nos consta que recebesse reforços

(67). — Teixeira Botelho, *op. cit.*, pág. 413.

(68). — *Memoir of the Early campaigns...*, já cit., pág. 152.

para o seu exército, nem que intensificasse a preparação das fôrças que já possuía.

Além disso, esperando-se que Almeida caísse “15 ou 20 dias” depois, não nos dá a entender que Wellington tencionasse empreender uma ação decisiva que fizesse gorar a 3a. invasão. E, no entanto, a pretender uma ação dessa natureza, ali, e a êsse tempo, tinha a oportunidade mais favorável. Recordemos, para abonar a nossa afirmação, que Massena só dispunha do 6.º e 8.º exército, pois o 2.º estacionava em território espanhol, nas proximidades do Tejo. Os três exércitos franceses só fariam a sua junção quando no caminho para o interior, já nas proximidades de Viseu. Sendo assim, cabe-nos perguntar: se Wellington não tencionava melhorar em quantidade ou qualidade as suas fôrças; se não tinha em mente uma ação decisiva contra os franceses; para que tencionava, então, prolongar a defesa de Almeida?

Quanto a nós, só há uma resposta certa: a causa que levava Wellington a prolongar a defesa da fortaleza era a construção das Linhas de Tôrres Vedras.

Começadas tarde, estas estavam atrasadas quando o assédio de Almeida se iniciou. Embora se apressassem as obras quando os franceses já pisavam solo português, não deixava de ser necessário que o avanço de Massena se retardasse para que a cintura que ia proteger Lisboa fôsse posta em condições de resistir. Por isso se procurou ganhar tempo prolongando o cêrco de Almeida, a única fortaleza com que se contava para resistir, depois de Cidade Rodrigo.

Não se prolongou êsse cêrco pelo tempo que se esperava; deu-se então nôvo impulso às obras, impulso que foi o decisivo;

“deu-se grande impulso às obras” (69)

a seguir à queda de Almeida, cuja perda

“foi uma severa mortificação para Lord Wellington”
(70).

Adivinhamos essa mortificação de Lord Wellington; Almeida rendida antes que contava — algumas semanas antes; as Linhas de Tôrres Vedras atrasadas e o avanço de Massena imminente, sem possibilidade de tolher-lhe o passo, a não ser em opera-

(69). — T. Botelho, *op. cit.*, pág. 413.

(70). — *Memoir of the Early campaigns...*, pág. 153.

ção de grande risco. Conjuntura grave que Wellington apreendia em tôda a sua rudeza.

Há, porém, um elemento que resta e se transforma em esperança para o chefe; as Linhas de Tôrres Vedras, se ficarem em condições de resistir antes que os franceses ali cheguem. Deu-se nôvo andamento às obras, já de si apressadas e parece que Wellington reservava para ali o último lance que foi sem dúvida o decisivo. Repare-se no comportamento do chefe que em todo o trajeto, desde a fronteira, se manteve na defensiva e retirou sempre à frente do inimigo. Só no Buçaco ordenou as suas fôrças e fêz frente aos franceses, nas alturas da Serra. Quando êstes se aproximavam dos cumes, os anglo-portuguêses investiram e, de baioneta em riste, fizeram rolar o inimigo pelas encostas. Mas o fracasso momentâneo dos franceses, não convenceu Wellington a desencadear uma ofensiva, o que faria, talvez, um chefe menos ponderado. Wellington retirou novamente, retirou sempre e acolheu as suas fôrças às Linhas de Tôrres Vedras, tática que faz malograr as intenções de Massena, que não alcançaria Lisboa.

As Linhas estavam em condições de resistir, ainda que incompletas como já referimos. Wellington devia ter sido informado do estado em que se encontravam a partir do último impulso dado e dos progressos que se iam realizando dia a dia.

Em 13 de outubro os franceses ali estavam onde os aliados haviam tomado posição. Nalguns pontos, porém, por precipitação ou desacôrdo, estavam desguarnecidas quando os franceses chegaram e nalguns setores lutou-se, já no terreno que pertencia à primeira cadeia de fortificações. Parece que não havia guarnição aliada numa parte dos fortins que estavam construídos entre Alhandra e Sobral de Monte Agraço.

Não o suspeitaram os franceses, o que evitou alguma ação que teria conseqüências sérias e faria as Linhas vulneráveis.

Dentro do perímetro fortificado, Wellington manteve a sua tática defensiva e Massena reconheceu que as suas fôrças eram insuficientes para atingir Lisboa, a capital do reino que Napoleão quisera incorporar ao seu Império.

*

Neste ponto, e se em História fôsse lícito, estávamos tentados a perguntar se dois meses antes estariam as Linhas de Tôrres Vedras em condições de resistir; se dois meses antes Massena teria o passo embargado no caminho de Lisboa.

Supomos estar demonstrado que foram as fortificações que barraram o caminho dos franceses. No entanto, para que estas se erguessem, foi necessário que as fortalezas da fronteira luso-espanhola retardassem o avanço do exército de invasão de Portugal. Os cinco meses que Ney demorou para reduzir Cidade Rodrigo foram providenciais; por virtude disso só em fins de julho Massena entraria em Portugal. Providenciais foram, ainda, os dois meses de demora em Almeida, enquanto os aliados ganhavam tempo e os obreiros iam levantando em bom ritmo as Linhas de proteção de Lisboa.

Se nós concluimos que foram essas obras que sustaram os franceses em outubro, não teriam sido eficientes em agosto e Lisboa teria sido alcançada.

Bem de ver então que a causa de Napoleão se perdeu na fronteira; Tôrres Vedras foi apenas o episódio final da ação que desde lá se vinha desenrolando. E esse episódio só teve o desfecho que teve, assim o cremos, porque as fortalezas raianas tomaram parte ativa na ação, padecendo a própria ruína para que Lisboa não fôsse posta a saque; entre elas destacamos Almeida como a primeira que Massena encontrou, já em terras de Portugal.

*

* * *

A P Ê N D I C E.

DOCUMENTO N.º 1.

Quartel General do Calhariz 10 de Fevereiro de 1810.

Ordem do dia.

Suas Ex.as os Snr.es Governadores do Reyno tendo comunicado ao Ill.mo e Ex.mo Snr. Marechal Beresford Comand.e em Chefe do Exército o seu desejo de que o Regim.to de Infantaria n.º 20 se ajunte à força Ingleza que vai para a defesa de Cadiz, e S. Ex.ca o Snr. Marechal General Lord Wellington tendo determinado ao Snr. General Comandante desta força Snr. Major General Stuart, de o receber debaixo das suas ordens, ordena o Snr. Marechal que o referido Regim.to se separe e toda a preça para embarcar.

(Manuscrito n.º 232 da Biblioteca Nacional de Lisboa. Ordens do Quartel General do Marechal Beresford. 23 de março de 1809 a 12 de abril de 1810 — 1 vol. in fol. de 61 fl. encad.).

*

DOCUMENTO N.º 2.

Il.mo e Ex. mo Snr.

A ruína do Baluarte de S. Pedro da Praça de Almeida, e a que veio em consequencia dos Invernos sucessivos, não tem acrescido

em grande parte, pela solidêr do terreno. O reparo consiste, a ficar na sua antecedente figura, em fazer toda a face do Baluarte athé o Flanco desde a raiz, treraplanando-o no mesmo tempo. A dispeza persuadome que não excederá muito de dôze contos, maz V. Exa. sabe que os calculos desta natureza vareão de ordinario, ainda que não em soma concideravel; O tempo permite fazerse a ôbra, e combinando anecessidade, e algumas horas perdidas nos dias de chuva mayor, não parece demora de obstar para ser retardada. O Capitão Engenheiro Anastacio Antonio de Souza Miranda e o Ajudante Antonio Bernardo da Costa, que rezidem na Praça São experimentados e capazes de responder, quando S. Mag.e tiver por bem de deliberar.

Deos G.de a V. Exa. Vizeu em 22 de Novembro de 1788.

Dirigida a: S. Visconde de Villanova da Cerveira.

(Manuscrito do Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Sala D — 3a. Divisão, 1a. secção, caixa 6 — B; pasta n.º 21).

*

DOCUMENTO N.º 3.

Em representação do Governador que foi da Praça de Almeida Julio César Augusto de Chermont, foi Servido o Príncipe Regente Nôssô Senhor mandar construir fora da dita Praça em proporcionada distancia, hum Armazem, capás de recolher nelle, a grande quantidade de Polvora necessaria para a deffeza da mêsa Praça, conservandose sempre no mesmo em tempo de Paz. Auzentandose o sobredito Governadôr, mandou executar esta Real Ordem o Marechal de Campo João da Silveira Pinto da Fonseca, que então Governava as Armas desta Província; incumbido de descobrir; e sinalár o melhor citio, ao Tenente Rey, acompanhado do Tenente Coronel Engenheiro, Juiz de Fora e do Secretário do Governo das Armas com Comissão sua; Assim se executou, e construiu o dito Armazem, com Caza para o pêzo da Polvora, e outra em piquena distancia para o Corpo de Guarda, em citio, que ainda no cazo de haver a disgráça de sêr incenciado, pouco, ou nenhum prejuizo se seguiria à Praça, sua fortificação e Moradores, por ficar aguas vertentes para o Rio Côa, e coberto da parte da Praça de huma Colina de terra, que a defende da explozão; achandose prompto á muito tempo para receber o sobredito Genero sem mais dependencia que a de se retilhar para que se achão nelle hum ou dous milheiros de telha tendo aliáz, entrada de Carruagem athé á mesma Praça para // a qual sendo precizo em poucos dias se pode retirár.

O Marechal de Campo Governador da mencionada Praça Gustavo Adolpho Hercules de Chermont, no ano de 1801, justamente fez recolher a Polvora em hum Armazem de Prova de Bomba, que se ácha dentro do recinto do Castello, na mayor altura da Praça, e outro Armazem construido no Rebelim, que cobre a Cortina que vem do Baluarte de Santa Barbera, para o de Nossa Senhora das Brotas; mas passada a ocazião da Guerra, que nesse tempo nos

amiassou não foi possível assentir aos requerimentos da Goarnição, da Justiça e do Pôvo para mandár a Polvora para o sobredito novo Armazem: Se foi por capricho ou Ordem que tivesse a este respeito, eu o ignoro; esó sei que depois que cheguei a esta Província, não tem cessado os clamores de tôda aquella Goarnição, e Moradôres para que sejão aliviados do susto que vivem, e com justa cauza, por terem experimentado já por duas vêzes semelhantes explozões, a effeito de Centelhas no anno de 1696, com a mórte de mais de quarenta pessoas, damnos de cázas, e fortificação; e no anno de 1736 em que houve semelhante explozão em hum Armazem cito no Baluarte de S. Pedro, e se agora succede a semelhante disgráça seria total ruina da Praça, Moradores e Armazens da Fazenda Real em que se conservão Armamentos e todas as precisas Munições. //

He de nottár que huma grande parte da Polvora que se ácha no Armazem de Prova de Bomba se acha comrumpida com a humidade.

Eu poderia dár lógo Ordem para a mudança deste Genero, mas como não sei se haverá alguma Ordem particular do Príncipe Regente Nôssô Senhôr, não me atrevo sem a sua Real Deliberação, que espéro sendolhe presente por V. Exa. esta minha Conta.

Deos G.e a V. Exa. Vizeu e 1.º de Fevereiro de 1806.

Ill.mo e Ex.mo S.n Antonio d'Araujo Azevedo.

a) Florencio José Corr. de Mello.

(Manuscrito de Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Sala D —

3a. Divisão, 1a. secção; caixa 6 — B 1806.

Praça de Almeida.

Documento acerca do seu paiol assinado por Florêncio José Correia de Melo).

*

DOCUMENTO N.º 4.

Artigo respectivo ao Castello.

Na parte mais elevada de toda a povoação, está hum antigo Castello, formado por um recinto quadrado, com quatro torres redondas nos angolos, com seu fosso, e contra escarpe; tudo construido da mesma Cantaria que as muralhas da Praça.

Entra-se para o Castello por huma ponte dormente de madeira, que atravessa a largura do fosso; sendo fixada por duas grandes portas, uma sobre a contra-escarpe, e outra na escarpe.

Logo na entrada do Castello há hum tranzito abobedado que tem á direita, e esquerda dois pequenos armazens aprova de bomba, com as entradas pello mesmo tranzito: sobre estes armazens há huma grande caza com bella e magnifica despuzição para salla de armas, para o que foi construida, com altas e rasgadas janelas que afazem clara bem ventilada; tem em segundo andar outra igual caza; mas menos airosa e clara a qual só serve para conter generos de pouco pezo e maior volume.

Dentro do mesmo recinto ha um outro grande e terrivel armazem de polvora sem luz nem ventilação algúa circulando em parte por uma singela parede com uma // separação deste a todos os armazens que aqui há, o resto do terreno comtido dentro do Castello hé occupado por cinco cazas que tem diverças applicaçoes servindo humas para conter ballas de chumbo e alguns generos abulços, outra curdagens de todas as claças, outra paos de barracas, arreios velhos, e linternetas, outra caixotes de ballas de Calibre 12, granadas reais, ballas de ferro de pequeno deametro etc. etc. Sobre estas mesmas cazas há trez occupando os mesmos espaços, onde se contem barracamentos, mantas, armamentos, correamentos, caldeiras, e muitos outros generos que se achão lançados no Inventário dos mesmos armazens, sendo todas ellas de huma tão má construção que nem pello menos estão a prova das granadas de 6 polegadas.

Todos estes armazens tem as suas entradas por hum patio que forma o vazio do Castello, o qual tem no seu sentro huma profunda cisterna que pode conter a agoa precisa para 8 dais a toda a goarrição: este patio está todo occupado com muitas pilhas de ballas, bombas e granadas de todos os calibres, e algumas peças de ferro e bronze que se tem reputado com emcapazes de serviço // Na parte superior de todo o recinto corre com huma varanda com parapeito de cantaria, para a qual se monta por largas e espaçozas escadas, que ao mesmo tempo dão a entrada para os depozitos do segundo andar; há na mesma varanda uma larga e alta banquetta para a qual tambem se monta por degraos nella praticados: esta só serve para della melhor se descobrir a campanha e algumas partes da Vila.

Não tem este Castello applicação algúa nem a pode ter mais que a de cobrir com os seus groços muros todos os armazens que nelle existem dos effeitos das baterias de peça dosetiante aiceção (sic) porem de lagedo que forma a asna do grande armazem que para este ser de todo máo lhe elevarão a altura dos seus péz direitos a hum ponto tal que se deixão ver de todas as posiçoens circomvosi-nhas a Praça.

(Manuscrito do Arquivo Histórico de Lisboa. Sala E — 7a. secção; caixa 471; processo de Guilherme Cox: Documento n.º 6, folha 76).

Memoria
Respectiva à Praça d'Almeida
Provincia da Beira
Por
Fortunato José Barreiros
Em
Junho de 1810

Documento destinado a provar que F. José Barreiros se entendia com os franceses.

Frederico Barão d'Eben, atesta no final que o papel foi encontrado no quartel do General Brenier, na Praça de Almeida, da qual foi governador, no dia 11 de maio de 1811.

O seu atestado data de 2 de dezembro de 1814.

*

DOCUMENTO N.º 5.

Dom João, por Graça de Deos, Principe Regente de Portugal edos Algarves, dá quem edálem Mar em África, da Guine eda Conquista Navegação, Comercio de Ethiopia Arabia Percia eda India Faço saber aos que esta Minha Carta Patente virem; que Conformando-Me com as Propostas, que o Marechal do Exercito Guilherme Carr Beresford derigio aos Governadores do Reino de Portugal edos Algarves e que fora por estes aprovada; Hey porbem Promover no Exercito daquelle Reino, para Coronel do Regimento de Infantaria Numero vinte e quatro, o Coronel Guilherme Cox, o qual Posto servirá emquanto Euo Houver por bem, e com elle haverá o Soldo que lhetocar pago na forma das Minhas Reas Ordens egozará detodas as honras, privilégios, liberdades, izençoens efranquezas, que directamente lhepertencerem. Pelo que: mando aos dittos Governadores dos Rinos de Portugal e dos Algarves, que mandandolhes dar aposse deste Posto, Jurando primeiro de cumprir com as suas obrigaçoens, adeixem servir e exercitar, e os Brigadeiros, mais Cabos, e Officiaes Maiores do Exercito, otenhão, e conheção portal Coronel; eos Officiaes, e Soldados seus Subordinados lhe obedeção eguardem suas Ordens, emtudo que tocar ao Meu Serviço, tão inteiramente como devem esão obrigados; e o Soldo referido selheassentará nos Livros aque pertencer para lheserpago aos seus tempos devidos. Emfirmeza do que lhe Mandei passar a presente por Mim Assignada, e Sellada com o SelloGrande de Minhas Armas. Dada nesta Cidade do Rio de Janeiro aos doze de Dezembro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo demil outecentos nove.

O Principe.

(Manusscrito do Arquivo Histórico Militar de Lisboa. Sala E — 7a. secção, caixa 79).

*

DOCUMENTO N.º 6.

Coronel Governador Interino Guilherme Cox. Era Inglez: sendo Coronel do Regimento de Infantaria n.º 24, foi nomeado Governador Interino desta Praça Pello Marechal Commd.te Em Chefe do Exercito Guilherme Carr Beresford em 1809. O exercito Francez Comandado pello General Massena; atacou Colucando Suas Batarias a 350 pes pouco mais ou menos dela, na manhe de 26 de Agosto de 1810, e principiando a Jogar, ás oito da noute voou o Castello no qual se achavão a maior parte das munições da Guerra, de que morreu muita Gente, e a maior parte dos Artilheiros, os quaes erão do Regimento d'Artilharia N.º 4, a Villa ficou derrotada. A Praça continuou a defender-se ate a tarde do Dia Seguinte, que se entrou em Capitulação, na qual se conveio que o Governador, Offeciaes, e Tropa da primeira Linha Serião prisioneiros de Guerra, e os Regimentos de Milicias de Trancozo, da Cidade da Guarda, e de Arganil fos-

sem para Suas Cazas; e nesta Conformidade o Governador entregou a Praça ao Inimigo no dia 28 d'Agosto do anno de 1810, Como tudo Consta da Ordem do Dia do Exercito de 6 de Setembro do mesmo anno. Voltando de França o dito Governador, respondeu a Concelho de Guerra em Lisboa em 1814 e Se Justificou.

Gabriel Antonio Franco Castro — Gov.or.

Gregorio Per.a de Faria — T.e Rey.

(Manuscrito do Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Sala D — n.º 29 — 1.

1812

Livro Mestre dos Offeciaes do Estado Maior e Piqueno Estado, Ofeciaes dos Armazens, e Tren da Praça d'Almeida).

*

DOCUMENTO N.º 7.

Cópia.

N.º 2.
8.

Achando-se incumbido do Governo da Praça de Almeida e Coronel Guilherme Cox; e sendo factó constante da Ordem do Exercito do dia 6 de Setembro de 1810, que a dita Praça fora entregue ao Inimigo por Capitulação, constando igualmente pela Ordem do dia 12 de Agosto de 1812, que a defeza da referida Praça, não fôra sustentada athé ao ultimo momento como se declára nesta mesma Ordem: cumpre ao Coronel Cox, como Governador e responsavel pela conservação da indicada Praça mostrar perante o Concelho — 1.º que a explosão do Armazem da pólvora, primeira origem da precipitada perda da mesma Praça, não acontecêo por omissão ou negligencia da sua parte, — 2.º que não pôde embaraçar a irregular influencia do Tenente Rey, Francisco Bernardo da Costa, seu Subalerno, e que fora irresistivelmente constringido a assignar a Capitulação da entrega da Praça que na sobredita ordem do dia 12 de Agosto, se condêna como imtempostiva, e permatura.

Está conforme o Original. Quartel Gen.al do Pateo do Saldanha 10 de 9.bro de 1814.

Francisco José Martins
Aiu.do da S. M.

(Manuscrito do Arquivo Histórico Militar de Lisboa. Sala E, 7a. secção, caixa n.º 471. Fôlha 8 do processo de Guilherme Cox. E' o documento n.º 2 do corpo de delito do referido processo, enviado ao Conselho de Guerra por Francisco de Paula Leite, acompanha dum carta dêste que é a fôlha 5 do processo).

*

DOCUMENTO N.º 8.

Justificação
do Coronel Guilherme Cox 52
no Conselho de Guerra que se lhe mandou fazer, para o julgar a respeito da entrega da Praça d'Almeida.

(Manuscrito do Arquivo Histórico Militar de Lisboa. Sala E, 7a. secção, caixa n.º 471. Capa do caderno que contém a justificação de Guilherme Cox e é a folha 52 do processo. Desta justificação faz parte a "Exposição do infeliz acontecimento que ocasionou o rendimento da Praça d'Almeida, no ano de 1810" que começa a fôlha 65 do processo e de que damos o texto integral neste nosso documento, sendo, na defesa, o documento n.º 1).

Documento n.º 1.

Exposição do infeliz acontecimento que ocasionou / o Rendimento da Praça d'Almeida, no ano de 1810.

65

No dia 25 de Agosto pela tarde, dez / dias depois que o Inimigo abriu a trincheira, e que / trabalhava já na segunda paralela, as baterias da / primeira parecião estar prontas para principiarem / o fogo. No dia seguinte ao amanhecer, eu vi que as / canhoneiras que até então estavam cobertas, tinham sido / abertas durante a noite, e que os canhões estavam já / apontados.

Dei huma volta pela muralha, e vi que / tudo estava prompto, e bem disposto para responder / ao fogo inimigo, com o maior numero de peças de / grosso calibre que se podião dirigir sobre cada uma das suas baterias. /

No momento em que appareço o Sol / no horizonte, rompêo-se o fogo do inimigo, quasi no mesmo instante, de quatro baterias de peças grandes, / e de seis baterias de Morteiros ou de Obuz. A Praça / lhe respondêo logo, por um fogo vivissimo, que / durou todo o dia sem interrupção alguma.

Pouco tempo depois do rompimento do fogo, / as bombas do inimigo tinham já abrazado algumas / casas da Villa. Na primeira onde pegou o fogo, cheguei, / mas com muita difficuldade, a extinguiillo; porem achei / logo que era impossivel continuar neste trabalho com / huma Guarnição pouco numerosa, e já muito cançada / com as fadigas que tinha soffrido — De mais, este // 65v trabalho não teria sido de grande utilidade n'huma / Praça cujos moradores, ou a maior parte delles, tinham / já fugido, levando consigo quasi tudo o que havia / de precioso. /

Visitei pela manhã cedo, os arma / zens de Polvora do Castello, vi que tudo estava / bem arranjado, e dei ordens precisas a respeito / das precauções que se havião de tomar na abertura / delles. — Das nove para as dez horas fui a casa / do Governo, onde tomei algum refresco; mas achan / do que este lugar estava muito exposto ao fogo, / várias balas e bombas tendo já cortado o meu apo / sento, mudei de quartel, e mandei que se levasse o / meu fato para hum pe-

queno quarto que fica na / abobada da porta falsa de S. João de Deus, aonde podia descançar hum pouco, quando fosse indis / pensavel. Fiz então um reconhecimento de toda / a praça; e depois disso, voltei logo para o Baluarte / atacado, onde fiquei até ás seis para as sete horas / da tarde, que fui outra vez ao Castello, repetir as / ordens que tinha já dado a respeito dos armazens. /

Era então quasi noite e o fogo de / ambas as partes começava a deminuir hum pouco / Aproveitei-me desta ocasião para ir jantar: -- / Entrei no meu novo quartel, e apenas me tinha / assentado á mesa, senti um abalo violento, se / milhante a hum terremoto, acompanhado de // 66 grandissimo ruido. O ar passou com força pela abo / beda da porta falsa, e logo depois huma multidão / de gente entrou, e se ajuntou ao redor do meu quartel. / Levantei-me depressa; sahi pela porta fora, e pergun / tei que havia, mas tal era o terror, e a consternação / das pessoas que me rodeavão, que ninguem pôde dar-me huma resposta satisfatoria. Huns dizião que / o grande armazem da polvora tinha saltado pelos / ares, outros que o inimigo fizera voar huma / mina; estes cuidavão que o fogo tinha pegado no / laboratorio, aquelles que era sómente hum dos / pequenos armazens do baluarte que voára. /

Seguiu-se num silencio horrifico / d'alguns momentos: — nenhum tiro, nem da Praça / nem das Battering inimigas, se ouvia. /

Corri logo para o Castello; trepando por / cima dos entulhos de que as ruas estavam cheias / e chegando ao sitio aonde d'antes estava, achei que / todo este Edeficio, que era uma maça imensa / de cantaria mui forte, tinha sido inteiramente demolido. /

Havia dentro dos muros do Castello, / tres armazens, hum grande, e dois pequenos; todos á prova de bomba, á excepção das portas e janelas, / que erão mal construidas; mas vendo este defeito, / eu tinha tomado a precaução de as mandar cobrir / e reforçar do modo possível, logo que o inimigo se / aproximou da Praça.

O grande armazem continha // 66v 2.500 barricas de polvora; os 2 pequenos, que / ficavão perto delle, estavam cheios de cartuxame / preparado; não havia uma só barrica de polvora nem se / quer hum cartuxo, que estivesse n'hum lugar / exposto. Tudo fora metido nos armazens a prova / de Bomba. /

Continuei a trepar por cima dos entulhos para saber positivamente se o grande ar / mazem tinha sido com effeito destruido; e logo que / tive esta certeza, demorei-me hum momento, para / considerar o que se havia de fazer. Como era muito / possível que o inimigo se aproveitasse do primeiro / momento de terror e confusão que a explosão não / poderia deixar de ocasionar, para tentar hum as / salto, ordinei que se tocasse a rebate, para que / toda a guarnição fosse aos seus postos; e querendo / esconder ao inimigo, quanto fosse possível, a / nossa desgraçada situação, peguei n'hum molho / de botafogo, e ajudado d'hum official d'Artilharia, / dei fogo a todas as peças que estavam carregadas, / e fiz com que se continuasse a atirar depois, du / rante a maior parte da noite, com os cartuxos que / se achavão nos armazens provisórios do baluarte. /

Procurei, mas inutilmente, fazer sair alguma / pessoa da Praça, para dar noticias ao Commandante / em Chefe, da nossa deploravel situação; mas nin / guem se achou que quizesse incumbir-se desta / importante deligencia. O inimigo tornou logo 67 // a fazer fogo sobre a praça, e a lançar bombas; das quaes / mais de mil cahirão nella durante a noite. /

A luz da manhã seguinte offereceo o / espectaculo o mais terrivel que se possa imaginar A / Praça toda estava derrubada; as casas cahindo humas / sobre as outras, e muitas dellas abrazadas, sem que nós / fosse possivel apagar o fogo; não havia huma só / que não fosse demolida, ou muito damnificada pelos / efeitos da explosão, ou pelos das bombas; as ruas e as baterias cheias de cada-veres despedaçados, onde homens / semi-mortos, horrivelmente mutilados; e hum desmayo / geral se tinha apoderado de todo o resto da guarnição. / Contudo, pude continuar o fogo até as 9 para as 10 / horas, quando o das baterias inimigas cessou; e logo depois / chegou às portas, hum parlamentaríio do Exercito Francez. / Vierão com elle dois officiaes, hum suíço, do Estado / Maior do Principe d'Esling; o outro era hum traidor / Portuguez, chamado Gama. Ordenei que fossem vendados / e conduzidos ao meu Quartel. Estes me entregarão / huma carta do Commandante em Chefe do Exercito / inimigo, em que me fallava da impossibilidade de / defender a Praça por mais tempo, no estado a que estava / reduzida pela explosão; propondo-me que a entre / gasse “á generosidade Franceza”, e dizendo que me conce / deria huma Capitulação honrosa. /

Desde o momento da explosão, eu vi / claramente a impossibilidade d'Alguma defesa 67v // prolongada; mas hum raio d'esperança se offerecêo / ao meu espirito de que talvez o nosso Exercito fi / zesse algum movimento para socorrer-nos; ainda / que nunca se me dissesse que tal fosse a tenção do / Comandante em Chefe. Porem como tinha lugar de / crêr que o Exercito estava a pouca distancia da Praça / resolvi expor-me atod os os riscos, antes do que entregalla, sem que, ao menos, tivesse mediado o tempo / necessario para a chegada das tropas. /

Quasi huma hora antes da en / trada do Parlamentario Francez, o Tenente Rei me escrevêo huma carta, urgíndo-me fortemente a que / pedisse capitulação, o que recurei positivamente, / dizendo-lhe que eu estava resolvido a defender a Praça / quanto me fosse possivel, a fim de dar ao Exercito / o tempo preciso para vir socorrella.

O meu primeiro projecto era de rejei / tar inteiramente a proposição do Principe d'Esling / sem entrar em conferencias com elle, até lhe / tinha escrito huma resposta deste théor; porém / antes de emitir a carta, chegou ao meu quartel / o Tenente Rei, acompanhado d'Alguns Commandantes dos Corpos da guarnição, e me pediu que / os ouvisse em Conselho de Guerra, antes de dar / huma resposta definitiva dessa natureza. Parecia / me que não podia racionalmente recusar esta / supplica, e que talvez por este meio, poderia deter 68 // minar em favor dos meus colegas, as opiniões que serão / ainda vacillantes; dei ordem em consequencia que se ajun

/ tasse o Conselho; mas achando, contra a minha expectação, / que todos os officiaes que o compunhão, estavam una / nimes na opinião que se devia capitular, pois que / huma repulsa absoluta à proposição que o Principe / d'Esling fizera, exporia a Praça ao risco imminente / de ser tomada por assalto, e a Guarnição passado ao fio / de espada, mudei de projecto, e determinei por huma / negociação dilatada, a ganhar, se possível fosse, o tempo / necessário para o Exercito chegar.

Escrevi portanto, outra carta ao Principe d'Esling, na qual lhe disse que se me fazia necessario / saber explicitamente quaes erão os termos e os limites da / sua proposição, pois que não estando reduzido á extremi / dade, tão somente me determinava a entrar em ajustes / com elle, sendo as condições muito vantajosas. Mandou / me então o Principe huma copia dos artigos, nos quaes / ficamos, a final, concordes, a excepção daquelle que estipula / em favor das Milicias, que pude conseguir depois. /

Estes artigos me forão trazidos pelo Coronel / Pelet, primeiro Ajudante d'ordens do Principe d'Esling, e veio elle acompanhado do mesmo official Portuguez que / viera a primeira vez. No acto de entregar-me a Carta, / disse-me o Coronel Pelet, que era authorizado por S. Ex.cia / o Comandante em Chefe, a assegurar-me de baixo da sua / palavra de honra, que se eu aceitasse as condições que me 68v // propunha, que toda a Guarnição seria livre de voltar / ás suas casas; porem que o Principe não queria en / xirir este artigo na capitulação, mas que o concederia depois como favor da sua parte. Eu lhe disse / que consentia em tratar sobre estas bases. /

Nomiei por consequencia dois officiaes, / para este effeito; a saber; o Major Fortunato José Bar / reiros, Comandante d'Artilharia, e o Capitão José Pedro / de Mello, que me servia d'Ajudante d'Ordens; dei-lhes / os poderes necessarios para tratarem da Capitulação, / e os mandei ao Campo Francez, com as instruções / competentes. Nestas instruções os pontos principaes / erão, primeiramente de não consentirem que a Praça / fosse entregue antes do dia seguinte, pelo meio dia, / em segundo lugar, de procurarem por hum artigo / escrito da Capitulação, que a Guarnição ficasse livre / de voltar para suas casas. /

O Capitão de Mello voltou pouco / tempo depois, a Praça acompanhado do Coronel Pelet, para dizer-me que o Principe d'Esling não / consentia alterar em nada, a capitulação escrita / que me tinha já proposto, e que insistia em que / huma das portas da Praça lhe fosse entregue até / as 8 horas dessa mesma noite. Isto recusei eu / positivamente; e disse ao Coronel Pelet que informasse / o Principe desta minha resolução. Perto d'huma hora depois, chegou hum outro ajudante d'ordens, com / huma carta do General Francez, em que me dizia 69 // que estava mui sentido de que eu não tivesse aceitado a / Capitulação honrosa que me offerecêra, que estava a / ponto de principiar outra vez o fogo e podia em estar / seguro que não escutaria depois outra proposição al / guma da minha parte, senão a de render-me a discri / ção; que esperava a minha desposta defi-

nitiva / dentro de meia hora, e que ao mesmo tempo, me dava / por conselho, que lhe mandasse assinada, a copia / da capitulação que tinha nas minhas mãos. Eu / portanto ainda recusei, e disse ao Ajudante d'Ordens / que fosse outra vez ao seu General, dizer-lhe que como / huma parte do que me propunha já se não podia / fazer, sendo então mais de 8 horas, e que só a differença / que restava entre nós, parecendo ser, de hum artigo / que elle tinha já prometido, fosse ou não enxirido / na capitulação, me persuadia que estaria disposto / a continuar a suspensão das hostilidades; e que / finalmente se sogeitaria ao que eu pretendia; que / em todo o caso, eu esperava a volta do Major Barreiros, que ainda estava no Campo Francez, com / huma resposta definitiva, antes que se principiasse / o fogo. Sobre isto me disse o Ajudante, podia tranquil / lamente estribar-me. /

Pouco depois da partida deste official, / hum outro ajudante d'ordens do Principe d'Esling, / que fora mandado do Campo Francez antes da chegada / do primeiro, entrou, e me disse que seu General // 69v o mandára dizer que consentia em que as Milicias / voltassem ás suas casas, debaixo da condição de / não servirem contra a França nem os seus alliados / durante a Guerra; e no tempo que estavamos fallando / sobre este ponto, o fogo do Inimigo se rompêo de / novo. Pude sómente attribuir esta circumstancia / extraordinaria a alguma confusão nas ordens que se / derão no Campo Francez. Porem, de qualquer sorte que / fosse, eu vi claramente que não havia esperança / alguma de que podesse alcançar outras condições / mais vantajosas; e que visto o estado da Praça, a / opinião dos Chefes militares, e alguns syntomas / de motim que já se mostravão no Povo, e que poderião / muito bem comunicar-se á tropa, seria temeridade / da minha parte o querer persistir mais tempo na / defesa da Praça. Por tanto, acrescentei o artigo / em favor das Milicias, á copia da capitulação / que tinha; assinei-a nesta forma, ás onze horas / da noite, e mandei ao Campo Francez pelo aju / dante d'ordens do Principe d'Esling que ainda / estava na Praça, acompanhado d'hum dos meus / officiaes, e hum trombeta. Não obstante isto, as / bombas inimigas continuárão a chover na Praça / quasi toda a noite, e o fogo não cessou senão / na / madrugada. Das cinco para as seis horas, o ultimo / official que mandei, voltou, e me disse que o General // 70 Francez tinha ratificado a Capitulação; e das 9 / para as 10, a Guaranição Sahio da Praça com as / honras da Guerra. /

Hé, enquanto a mim, desconhecida / a verdadeira causa da explosão dos armazens de / Almeida, e provavelmente (sic), se não poderá já mais / saber com certeza. A conjectura mais verossimil me / parece ser, que huma grossa bomba rompesse pelas / traves que cobrião a porta do grande armazem / que entrasse para dentro, e communicasse o fogo / á polvora. Hé possivel que fosse obra de traição, / mas não me persuado disso, ainda que o Commandante d'Artilheria positivamente provou que era traidor, / alguns outros indivíduos da Guarnição entre / os quaes, o Tenente Rei da Praça, que parecião pela

sua / subsequente conducta, addir-se ao interesse dos Francezes. / O Comandante d'Artilheria não voltou para / a Praça, senão quando estava já em poder do inimigo; / e eu sabia, antes de assinar a Capitulação, que elle / tinha entrado para o serviço dos Francezes, que lhes / déra perfeito conhecimento do Estado da Praça e do / voto do Conselho; e que até lhes indicára o lugar / aonde sabia q. a pouca pólvora que ainda nos restava, / estava depositada.

Assinado / Guilher.me Cox.
Cor.l do Reg.to N.º 24.

Acrescento á Exposição supra, que os dois pequenos // 70v Armazens do Castello forão tambem destruidos / pela explosão; e que não restou depois della, senão / algumas barricadas de pólvora que estão no labora / torio, e os cartuxos que se achavão nos armazens / provisórios da Murálha, que forão quasi todos / gastados pelo fogo que se fez depois naquella / mesma noite, e na manhã seguinte.

a) Guilh.me Cox.

N. B.

A Força efectiva da Guarnição quando / sahio da Praça constava de 3.000 soldados / d'Infantaria promptos, e huma companhia / de 50 h. de Cavalheria — Digo — esta era a força / efectiva pouco mais ou menos.

a) Guilh.me Cox.

JOSE' AUGUSTO VAZ VALENTE
da Pontificia Universidade Católica de São Paulo.

DOCUMENTO N.º 9.

Nomes, ocupações e moradas das pessoas prejudicadas	Em que consistirão os prejuizos que experimentarão	Tempo em que foram causados por que ordem e para que fim
Manuel Lopes lavrador, morador no lugar de Calhandriz	Em quinze oliveiras e algumas arvores Silvestres	Em Setembro de 1810, por Ordem do Tenente Engr.o Britanico Fouster para servirem as arvores no Abatis da Linha de Defeza. tem documento
Manuel Rodrigues trabalhador, morador no lugar do Loureiro, Freguezia do Calhandriz	Em sete pes de Oliveira	Em Setembro de 1810, por Ordem do Ten.te Engr.o Fouster para servirem as Oliveiras, no Abatis da Linha de Defeza. tem documento
Sebastião Jorge, fazendeiro morador na Frega. de Calhandriz	Em onze pes de Oliveira e alguns Carvalheiros	Em Setembro de 1810, por Ordem do Ten.te Engr.o Fouster, para serem empregados todas arvores no Abatis da Linha de Defeza tem Documento
Paulino de Avelar, trabalhador, morador na Frega. de Calhandriz	Em nove pes de Oliveira	Em Setembro de 1810 por Ordem do Ten.te Eng.ro Britanico Fouster para serem empregadas as oliveiras no Abatiz da Linha de Defeza, tem Documento
Jose Roza Trabalhador morador na Frega. de Calhandriz	Em sinco pes de Oliveira	Em Setembro de 1810 por Ordem do Ten. e Engr.o Britanico Fouster para serem empregadas as Oliveiras no Abatiz da Linha de Defeza tem Documento

Nomes, ocupações e moradas das pessoas prejudicadas	Em que consistirão os prejuizos que experimentarão	Tempo em que foram causados porque ordem e para que fim
O Sargento Mor das Ordenanças de Alhandra, morador na mesma Villa	Em huma porção de pipas Tuneis e hum grande quantidade de Telha e Tijolo	Em Outubro de 1810 por Ordem do Ten. e Engr.o Britanico Fouster para serem empregadas as pipas e tuneis na construção da Bateria do Tejo e em traveses que se fizerão nas avenidas, a telha e tijolo pa. os d.os traveses. Tem Documento
Manuel Gomes trabalhador morador no lugar da Danaya Frega. de Calhandriz	Em cinco pes de Oliveira	Em Setembro de 1810 por Ordem do Ten. o Engr.o Britanico Fouster para serem empregadas as Oliveiras no Abatiz da Linha de Defeza não tem Documento
Francisco de Aguiar, Juiz Ordinario do lugar de Calhandriz morador na Torre Velha, Frega. de Calhandriz	Em doze pes de Oliveira	Em Setembro de 1810, por Ordem do Tenente Engenheiro Britanico Bild para servirem as Oliveiras no Abatiz da Linha de Defeza Tem Documento
Sebastião Jorge Bello Lavrador, morador na Freguezia do Calhandriz	Em onze Oliveiras, e onze Carvalheiros	Em Setembro de 1810, por Ordem do Tenente Eng.ro Britanico Bild para serem empregadas, as oliveiras no Abatiz da Linha de defeza: tem documento

BIBLIOGRAFIA.

MANUSCRITOS.

Biblioteca Nacional de Lisboa:

Ms. n.º 232.

Arquivo Histórico Militar de Lisboa:

Memórias e Informações:

Costa (José Maria das Neves). — **Memória Militar (original) sôbre o Terreno ao Norte de Lisboa e posições defensivas que ali se encontram.** Sala F, — Defesa Nacional, 1a. secção; caixa 8, n.º 679.

— **Memória Militar Respectiva ao Terreno ao Norte de Lisboa por José Maria das Neves Costa, Major do Real Corpo d'Engenheiros em Maio de 1809, Acrescentada com Observações e notas do mesmo autor em 1814.** Sala F, Defesa Nacional, 1a. secção, caixa 8, n.º 680.

— **Informações a respeito dos prejuizos que experimentarão alguns proprietários, pela ocazião da Guerra em consequencia das obras de Fortificação que se construirão na 1a. Linha de defeza, desde o Destricto de Alhandra até ao Sobral de Monte Agraço incluzive.** Sala R, Fortificações e Obras Militares, 1a. Secção, n.º 8, pasta 647, caderno 59. Linhas de Tôrres Vedras, 1815.

Processos.

Almeida (Francisco Bernardo da Costa) — caixa 558, 7a. Secção, Sala E.

Beresford (Guilherme Carr) — caixa 668, 7a. Secção, Sala E.

Cox (Guilherme) — caixas 79, 471, 517, 531, 538, 546, 7a. Secção, Sala E.

— Linhas de Torres Vedras — caixas 647, 679, 680, 1a. Secção, Sala F.

Wellington (duque de) — Caixa 293, 7a. Secção, Sala E.

OBRAS IMPRESSAS.

Almeida (João de), **Reprodução anotada do Livro de Fortalezas de Duarte Darnas;** Lisboa, 1943.

— **Roteiro dos Monumentos Militares Portuguezes, Vol. I,** Lisboa, 1945.

Amério (Franco), **História da Filosofia,** tradução de M. de A. Trindade, Coimbra, 1952.

Barreiros (Fortunato José), **Exposição Verifica e sincera...** Bourges, 1815.

- Bauchamp (M. Alph), **Histoire de la Guerre d'Espagne et Portugal pendant les années 1807 a 1813**. 2 vols. 1819.
- Botelho (Teixeira), **História Popular da guerra Peninsular**. Pôrto, 1915.
- Bréhier (Émile), **História de le Filosofia**. Tradução de Demétrio Nañes, tomo II, Sudamérica, Buenos Aires.
- Brenier (G.), **Notice sur le general Brenier... et sur le siege d'Almeida**, Lisbonne, 1941.
- Cantu (César), **História Universal**, vol. I, Empresa Literária Fluminense-Lisboa.
- Costa (Fernandes), **Memórias de um ajudante de campo**, 2 vols. Lisboa, 1815.
- Chaby (Cláudio), **Excerptos Históricos de documentos relativos à Guerra Peninsular**. Lisboa, 1803.
- Guingret (M.), **Relation Historique et Militaire de la Campagne de Portugal sous le Marechal Massene, Prince d'Esling**. Limoges, 1816.
- Jones (M. John T.), **Memoir sur les Lignes de Torres Vedras... traduit par M. Gosseling**, Paris, 1832.
- Lavisse (Ernest), **Histoire de France**, Vol. II e III. Livr. Hachette, Paris.
- Lavisse et Rambaut, **Histoire Generale**, vol. VIII e IX.
- Mendes (João da Silva), **Memória Biográfica do Coronel Francisco Bernardo da Costa e Almeida**. Pôrto, 1883.
- Marias (Julian), **História de la Filosofia**. Revista de Ocidente, Madri, 1952, 6a. edição.
- Morente e Zaragueta, **Fundamentos de Filosofia**. Espassa Calpe S. A. Madri, 1951.
- Neves (José Acurcio), **História Geral das Invasões Francesas em Portugal e Restauração deste Reino**. 5 vol. Lisboa, 1810 e 1811.
- Peres (Damião), **História de Portugal**, vol. VI, Barcelos, 1934.
- Portugal (Cândido Justino), **Memórias das principais Providências dadas em auxilio dos povos que... vieram refugiar-se à capital no ano de 1810**. Lisboa, 1814.
- Rodrigues (Hijos Santiago), **Nueva Enciclopédia Escolar**. Burgos, 27a. edição.
- Selvagem (Carlos), **Portugal Militar**. Lisboa, 1931.
- Sepúlveda (Christovam Ayres de Magalhães), **Dicionário Bibliográfico da Guerra Peninsular**. 4 vol. Coimbra, 1924-1930.
- **História Orgânica e Política do Exército Português**. Vols. V, VI, X, XI, XII, XIII e XVII. Lisboa-Coimbra, 1910-1932.
- Sternfeld (R.), **História de Francia**. 2a. edição. Labor, Barcelona, Buenos Aires.
- Coleção das Ordens do Dia do illustrissimo e excellentissimo senhor Guilherme Carr Beresford: anos de 1810, 1811 e 1812**, Lisboa.

Memoir of the Early Campaigns of the Duke of Wellington in Portugal and Spain. London, 1820.

Revista Militar. Lisboa, 1891.

Revista Universal Lisbonense, redigida por Sebastião José Ribeiro de Sá. Lisboa, 1853.

TRABALHOS CARTOGRÁFICOS.

Do Arquivo Histórico Militar de Lisboa:

Mapa das Linhas de Tórres Vedras. Sala C, 3a. Divisão, 10a. secção; armário 114, gav. 2, pasta 13.

Plan of de affair at Almeida 24 th July 1810. Sala C, 3a. Divisão, 10a. secção, armário 114, gav. 2, pasta 5, n.º 102.

Da Biblioteca do Exército de Lisboa:

Planta do terreno D'Alem Coa. Atlas da Guerra Peninsular, est. 10.

Mapa das Linhas de Tórres Vedras e sua Ligação com Lisboa; anos de 1810 e 1811 — Atlas da Guerra Peninsular, est. 8.